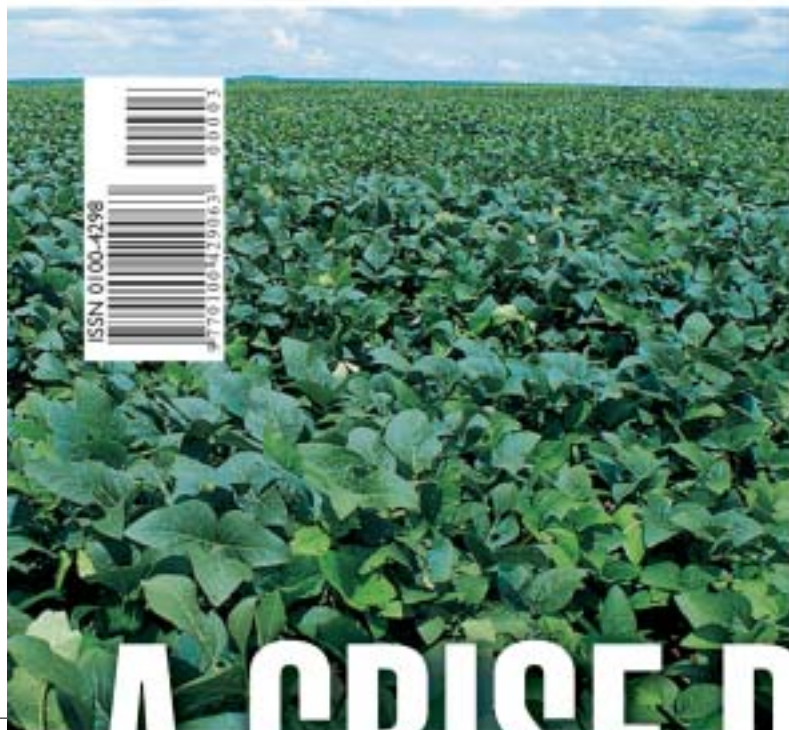




# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 26 • Nº 03 • MARÇO 2006 • R\$ 12,00



## A CRISE DOS GRÃOS

Queda dos preços agrícolas e alta dos custos comprometem renda no campo



**AVES**  
Quais são os  
riscos da gripe

**CARNE**  
Oportunidades no  
mercado russo

**CAFÉ**  
Estoque baixos  
e oferta justa



# Colheita de grãos no vermelho

A colheita nacional de grãos da safra 2005/06 ocorre em ambiente de crise no campo, talvez a mais aguda dos últimos 20 anos. Apesar da redução nos custos de produção, os preços estão fracos nos mercados e os resultados ficarão no vermelho, principalmente nas regiões de fronteira. As vendas de insumos e máquinas mostram uma tênue recuperação, mas não demonstram uma tendência de virada e aquecimento dos negócios.

Na soja, o carro-chefe da produção, a perda de força reflete em muito a valorização do real frente o dólar, porém uma revisão tributária se faz necessária. O endividamento do campo é elevado e compromete a oferta de novos recursos para o crédito rural. Em atitude providencial, o governo prorrogou as dívidas a serem vencidas neste semestre. Outras medidas, na chamada MP do bem para a agricultura, deverão ser tomadas.

Na parte da vigilância sanitária, se a poeira levantada com o registro de foco da febre aftosa em Mato Grosso e Paraná continua a gerar nervosismo, os avanços da gripe asiática no mundo geram muita preocupação interna. O problema não se circunscreve apenas à criação e ao abate de aves, mas afeta o setor de rações, com menor demanda de milho e soja. Não há como evitar a chegada da doença no País. O momento mais crítico será o próximo verão, quando as aves migram do inverno do hemisfério norte para outros locais mais quentes.

Os organismos geneticamente modificados continuam longe de uma posição de consenso. A Organização Mundial do Comércio acatou reclamação apresentada em 2003 pelos Estados Unidos, com o apoio do Canadá e da Argentina, contra a União Européia (UE) e, em especial, contra seis de seus membros (Alemanha, Áustria, França, Grécia, Itália e Luxemburgo). Além da política de extrema cautela da própria UE, estes países impuseram unilateralmente limitações à importação e ao cultivo de transgênicos. A história terá novos capítulos.

O 3º Encontro das Partes (MOP -3) realizado

em Curitiba tratou das regras para o comércio internacional de OVMs (organismos vivos modificados). Os países exportadores defendem o selo "pode conter" transgênicos. O Brasil optou pela defesa do "contém" que obriga a rotulagem e segregação dos transgênicos dos grãos convencionais. A decisão afeta o custo da exportação e desagrada as empresas ligadas ao setor.

**Agroanalysis** registra como fato marcante a sanção presidencial da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que permite a concessão de áreas públicas para a exploração madeireira e outras atividades econômicas. O governo espera reduzir a grilagem de terras e coibir a ação de madeireiras clandestinas, que são mais destrutivas, e, com isso, desenvolver a economia em áreas de maneira mais sustentável e menos predatória. Cerca de 13 milhões de hectares, ou 3% da Amazônia, ficarão disponíveis às empresas brasileiras para exploração nos primeiros dez anos de vigor do plano. A extração de madeira continua proibida em reservas naturais, áreas indígenas e remanescentes quilombolas.

Café e citrus são dois Cs que experimentam uma conjuntura bem favorável. O primeiro supera todas as dificuldades sanitárias e se beneficia dos furacões que afligiram o estado da Flórida, seu principal concorrente mundial. O desafio é essencialmente interno e diz respeito às negociações de preços na cadeia produtiva, ou seja, a construção de um Consecitrus. No café, os estoques encolhem e pressionam as cotações, com boas perspectivas para os embarques de grãos verdes, dos produtos moídos e torrados e de solúveis.

Na cadeia sucroalcooleira, as usinas anteciparam a colheita para março para fornecer matéria-prima às usinas. A demanda está aquecida no álcool, tanto do lado interno como externo, enquanto no açúcar as cotações internacionais batem recordes históricos. Diante de todo esse aquecimento, desenvolver a autogestão na cadeia produtiva, mesmo com os maços investimentos no setor, continua a ser um forte desafio em curto prazo. ■

# Produtor de leite sabe produzir, mas não negociar

Fabio Murakawa

**O**timista com relação ao futuro do leite no Brasil, Jorge Rubez, presidente da Leite Brasil, prevê que o País se tornará, em médio prazo, o maior exportador mundial do produto. Mas para chegar lá, o setor ainda vai precisar resolver os problemas que cria para si próprio, como uma oscilação excessiva e desnecessária nos preços do produto ao longo do ano, motivo de uma grave crise no ano passado.

Rubez exalta a evolução no perfil do produtor, hoje, mais profissional, mas mantém o tom crítico com relação à sua inabilidade para fazer negócios. “Os produtores têm tecnologia de ponta, mas ainda não aprenderam a negociar”, diz.

Para ele, precisa haver uma mudança de mentalidade por parte de todos os segmentos da cadeia produtiva do leite. “Precisamos nos comportar mais como um setor e menos como rivais”, afirma.

**Agroanalysis - O senhor começou na pecuária de leite há mais de quatro décadas. Qual foi a maior transformação no setor nesse período?**

**Jorge Rubez -** A pecuária de leite é uma coisa que veio dos meus avós,



dos meus pais. Meu avô, Jorge, foi o fundador da Leite Paulista. A maior mudança que eu senti foi na modernização. Quando comecei, o que havia era um produtor sem manejo, sem genética, com vaca a pasto ou comendo farelo de trigo. O gado tinha pouca capacidade de produzir leite. A grande transformação foi a introdução do gado holandês vindo dos EUA, depois com as ordenhadeiras mecânicas, os veterinários e zootecnistas passaram a ter uma importância maior também. O pecuarista de leite hoje produz com a mesma eficiência de um empresário. Esse avanço fez com que o Brasil saísse de uma produção de 7 a 8 bilhões de litros por ano para atingir 22 bilhões de litros, isso nos últimos 15 anos.

**Agroanalysis - Por que sempre se fala em “crise no leite”? As crises parecem ser mais frequentes nesse setor do que em outros ramos do agronegócio.**

**Rubez -** Todos os setores, seja milho, carnes ou soja, passam por crises. Hoje, há fatores externos, como a febre aftosa, a gripe aviária, que independem da vontade do produtor e afetam diretamente o mercado. Na questão do leite, acho que as crises ocorrem porque o setor é desorganizado. O comprador corre atrás do leite quando precisa e paga uma fortuna, para depois derrubar os preços. Os produtores têm tecnologia de ponta, mas ainda não aprenderam a negociar. Não pode haver tantos altos e baixos nos preços do leite. O leite tem um mecanismo parecido com o das culturas perenes, como o café. Você não pode dar férias coletivas para as vacas, então muitas vezes a única solução é eliminar o rebanho, assim como muito produtor erradica o café. Por ter essa característica é que o setor deveria pensar em uma política mais de longo prazo para o leite, principalmente com relação a preços.

**Agroanalysis - Falta uma políti-**

**“O Brasil pulou de uma produção de 7 a 8 bilhões de litros por ano para atingir 22 bilhões de litros/ano. Isso, nos últimos 15 anos”**

**ca governamental para o leite no Brasil?**

**Rubez -** Falta inteligência para não provocarmos altas ou baixas desnecessárias. Falta uma exportação eficiente para eliminarmos o excedente. Faltam mecanismos para formarmos estoques. E falta ao produtor e à indústria aprender a negociar com o varejo, que é quem dita os preços atualmente. No começo do ano passado, o litro do leite pago ao produtor chegou a R\$ 0,70. No meio do ano, foi a R\$ 0,15. Isso reflete a desorganização do setor.

**Agroanalysis - Como está a relação, que sempre foi complicada, entre os produtores e a indústria?**

**Rubez -** Já estive mais complicada. Hoje, a indústria não é unida. As

**No começo de 2005, o litro do leite pago ao produtor chegou a R\$ 0,70. No meio do ano, caiu para R\$ 0,15”**

empresas brigam entre si para elevar ou diminuir os preços. O varejo, que se entende mais, é que manda no mercado. As grandes redes de supermercado se organizaram.

**Agroanalysis - E os produtores? Estão mais organizados?**

**Rubez -** O produtor não está unido. Este é um país com dimensões continentais, com interesses diferentes de região para região. De qualquer forma, sinto que os pecuaristas têm mais acesso a informações do que antes, o que é positivo. Mas eles estão mais voltados para dentro da porteira do que para fora. Isso é perigoso, porque seus adversários estão do lado de fora da porteira. Dentro da fazenda, todos jogam no seu time.

**Agroanalysis - Como os produtores poderiam se unir?**

**Rubez -** Só há dois caminhos: pela dor ou pelo amor. Quando o produtor estiver enforcado, ele procurará a entidade que defende seus interesses. Hoje em dia, a maior parte é indiferente, inclusive a uma entidade como a Leite Brasil. Se o produtor soubesse a força que tem, ele faria deputados, prefeitos, vereadores, governadores. Veja o exemplo dos metalúrgicos. Eles foram maltratados, levaram muito no lombo. E, no entanto, se uniram, formaram um partido e acabaram por fim elegendo um Presidente. Outros setores, como a laranja, a cana e o café, são mais organizados e, por isso mesmo, têm mais representatividade. Mas eu defino o governo da seguinte maneira: é um elefante em uma casa de louça. Apesar de todas essas angústias, da roubalheira, da corrupção, o País está indo bem. Não por causa dos políticos, mas por causa da iniciativa privada. Somos nós que devemos nos organizar melhor.

**Agroanalysis - Qual é a maior dificuldade da pecuária de leite hoje no Brasil?**

**"Em vez de agirmos como uma cadeia, nós nos comportamos como rivais"**

**Rubez** - A maior dificuldade é justamente essa oscilação de preços durante o ano. Precisamos passar a saber o quanto vamos receber pelo leite, ter um projeto de renda. O setor precisa implementar uma política de preços mínimos e preços máximos. O governo já fez as câmaras setoriais, mas elas discutem tudo, menos o ponto-chave: o mercado. As câmaras, com todas as suas reuniões, encontros e discussões, não conseguem evitar que uns ganhem muito em detrimento de outros, que ganham muito pouco. Eu criei a primeira câmara setorial, a do leite na Secretaria da Agricultura de São Paulo, que serviu de modelo para as demais. Mas ela perdeu o foco. Quando tentamos discutir preço, o que nos dizem é que quem comanda é o mercado. Nós hoje não vendemos leite, mas entregamos a mercadoria para a indústria, que estipula o preço dias depois, muitas vezes baseados em um cálculo "mandrake". Isso tem que acabar. Nós precisamos saber quanto vamos receber daqui a dois meses, para podermos planejar.

**Agroanalysis - Qual é a principal prioridade da agenda do setor?**

**Rubez** - A política de preços. Precisamos colocar na cabeça que ninguém consegue vencer sozinho. Um depende do outro, no setor. Enquanto não colocarmos a inteligência para funcionar, em vez do egoísmo, não sairemos desse impasse. Precisamos nos sentar com a indústria e o varejo, traçar uma política de preços. Qualquer sujeito inteligente consegue ver que vai ser benéfico para todo mundo. Hoje, em vez de agirmos como uma cadeia, nos comportamos como rivais.

**Agroanalysis - O Brasil pode vir a ser um grande exportador de leite?**

**Rubez** - O destino do Brasil é ser o maior exportador de leite do mun-



do. Isso é inexorável. Temos muitas condições de crescer só com tecnologia, sem derrubar uma árvore, sem matar nenhum bicho. Isso, sem dúvida. Mas primeiro a cadeia deve passar a se entender bem. Segundo, precisamos conquistar novos mercados, adquirir *know how*.

**Agroanalysis - O setor rural é um dos mais subsidiados e distorcidos no mundo. Como isso afeta o Brasil?**

**Rubez** - O perigo é o leite chegar ao Brasil a preços subsidiados. Nós, a Leite Brasil, e outras entidades, como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e a CBCL (Confederação Brasileira de Cooperativas de Leite) já ganhamos dezenas de petições relacionadas a *dumping* e subsídios. Se não fossem esses pleitos, estaríamos abarrotados de leite subsidiado por aqui. Temos que tratar os demais países do mesmo jeito como so-

mos tratados. Eles impõem tantas barreiras, que fica difícil, e precisamos tratá-los do mesmo jeito. No caso do leite, conseguimos esse equilíbrio. A União Européia e a Nova Zelândia precisam pagar uma alíquota compensatória para entrar aqui. Já a Argentina precisa exportar a um preço mínimo de US\$1.900 por tonelada para entrar aqui.

**Agroanalysis - O consumo interno per capita subiu 5,3% no ano passado, de 130,9 kg/habitante para 137,8 kg/habitante. O senhor considera esse um bom índice?**

**Rubez** - O Brasil já teve, no início do Plano Real, um consumo maior do que 140 kg por habitante. Depois caiu para 127 kg, foi subindo, e agora houve uma recuperação. Acho que o que está acontecendo é que os produtos lácteos ficaram mais baratos. A carne também deve sofrer um aumento no consumo, porque há problemas de colocação do produto lá fora, por causa da aftosa, do mal da vaca louca. Mas se houve esse crescimento no leite por aqui é porque existe uma abundância do produto no mercado. É possível, se os preços voltarem a níveis do início do ano passado, uns R\$ 0,65/litro ao produtor, que o consumo recue novamente. Para mim, não houve uma mudança de hábito, mas um barateamento do produto. O brasileiro tem arraigado o hábito de tomar leite e comer carne. Ele não tem é dinheiro.

**Agroanalysis - O País já encontrou a raça ideal para compor o seu plantel leiteiro?**

**Rubez** - A mistura do gado holandês com o zebuino gir, que dá o girolando, está consolidada. O certo é que, quanto mais sangue holandês há na mistura, mais leite a vaca produzirá. Mas precisamos da rusticidade do gado zebu. Acho que essa questão, a genética, já está bem resolvida no Brasil. ■



# Baixo crescimento

Rogério Mori \*

Conforme era esperado, o ano de 2005 foi marcado por um baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o IBGE, o PIB registrou variação de 2,3% no ano passado, relativamente a 2004, ficando abaixo das previsões de analistas e economistas, que trabalhavam com um número mais próximo de 3%.

Com o crescimento verificado em 2005, se torna mais palpável vislumbrar um quadro em que é possível notar que a economia brasileira continua crescendo pouco ano a ano, a despeito da mudança de governo e da sua auto-proclamada mudança de política econômica, mais enfocada no crescimento e emprego. No período entre 2003 e 2005, o crescimento médio do produto foi de 2,6%, o mesmo patamar verificado entre 1995 e 1998, e pouco acima do crescimento médio verificado entre 1999 e 2002, de 2,1%. Com esse resultado, o PIB *per capita* cresceu, em termos médios, 1,1% no Governo Lula, até agora, o que significa que, a essa velocidade, o PIB *per capita* dobrará em, aproximadamente, 64 anos.

Esse desempenho não é algo desejável ou sequer sustentável, do ponto de vista social. Na verdade, o desempenho medíocre em termos de crescimento da produção e da renda da economia brasileira é um fenômeno que data do início dos anos 1980, a partir da crise da dívida externa e que persiste até os dias de hoje. O resultado social de uma economia que praticamente não cresce ao longo do tempo é o que temos visto no Brasil nas últimas décadas, com desemprego ele-

vado em um ambiente onde a (má) distribuição da renda permanece praticamente inalterada.

A experiência brasileira da estabilização da inflação em patamar baixo mostra que essa é uma condição necessária, mas não suficiente para o crescimento. Mesmo após a crise vivenciada no início de 1999, quando se argumentava que o fim da âncora cambial iria permitir que os instrumentos de política econômica (em particular, a política monetária) se enfocassem em objetivos domésticos, se verificou que a média do

bém não é muito animador, uma vez que boa parte delas repousa no argumento do aprofundamento daquilo que vem sendo praticado até agora em termos de orientação de política econômica, sem uma orientação ou um projeto de ação no sentido de retomar o crescimento do País em bases mais vigorosas.

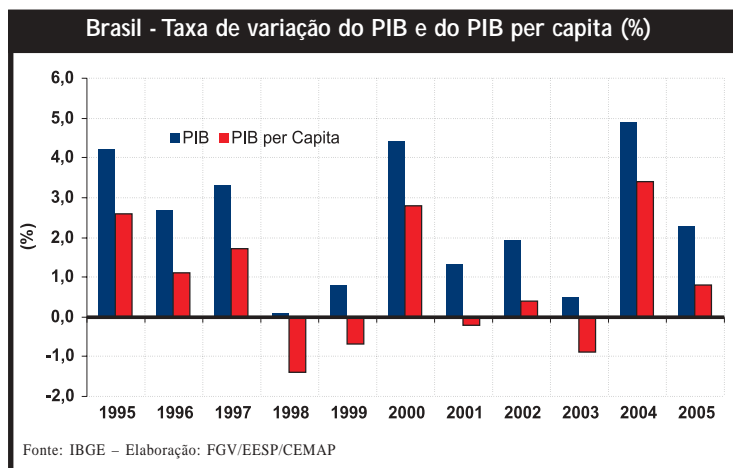
De fato, a analogia do copo 'meio cheio e meio vazio' pode ser associada à questão da política econômica atual: ela não dá muito certo, mas também não dá muito errado. Esse fenômeno não gera incentivos para mudanças de orientação de diretrizes, e o receituário tradicional sempre recai no aprofundamento dos esforços em curso, perante a promessa do éden econômico do crescimento do produto e do emprego e da distribuição da renda.

A experiência internacional revela que os países mais bem-sucedidos foram aqueles capazes de implementar uma agenda nacional voltada para o cresci-

mento econômico, em longo prazo. De fato, não é concebível que um agente que comande mais de 35% do PIB nacional, que é o caso do governo brasileiro, não tenha uma agenda bem definida de alocação de gastos com priorização em investimentos produtivos. Da mesma forma, a sociedade não tolera mais um ajuste fiscal nos moldes implementados entre 1998 e 2005, focado essencialmente no aumento

da tributação, sem que houvesse qualquer esforço maior do lado dos gastos.

O aumento do investimento produtivo é uma condição essencial para a retomada do crescimento em bases mais amplas do que as verificadas nas últimas décadas. A redução da carga tributária e dos juros, de um lado, e a opção de dotar novamente o Estado da sua capacidade de investir, de outro, são peças fundamentais nesse processo. Essas são questões essenciais para que o País saia dos ciclos de aceleração e desaceleração do crescimento, e deverão permear o debate eleitoral que se inicia. ■



crescimento econômico do País se manteve relativamente inalterada.

Mesmo com a ausência de choques externos adversos no período 2003-2005 (como os que ocorreram entre 1994 e 2002), o crescimento não decolou. Na verdade, a economia mundial atravessou nos últimos anos um ciclo de bonança e de forte expansão, e a economia brasileira ficou para trás nesse processo, crescendo abaixo da média mundial.

A análise desse quadro em perspectiva revela um panorama não muito agradável, e o conjunto de soluções propostas até agora, fora algumas exceções, tam-



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

**DIRETOR DA EESP/FGV:** Yoshiaki Nakano  
**DIRETOR DO IBRE/FGV:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira  
**DIRETOR DA EAESP/FGV:** Fernando S. Meirelles  
**CONSELHO EDITORIAL:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano  
**EDITOR CHEFE:** Antônio Carlos Kfourir Aidar  
**EDITOR EXECUTIVO:** Luiz Antonio Pinazza  
**FUNDADORES:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**REDAÇÃO**  
**REDATOR:** Bruno Blecher  
**ARTE:** Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)  
**REVISÃO:** Solange Aparecida Visconte

**SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO:** Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

**PUBLICIDADE** - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

**CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS** - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

**PONTO DE VENDA:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

**SEDE:** Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

**PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR:** Luiz Simões Lopes  
**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal  
**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

#### CONSELHO DIRETOR

**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal  
**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella  
**VOGAIS:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Emame Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade  
**SUPLENTE:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

#### CONSELHO CURADOR

**PRESIDENTE:** Carlos Alberto Lenz César Protásio  
**VICE-PRESIDENTE:** Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)  
**VOGAIS:** Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apollonio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.  
**SUPLENTE:** Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA); Marcos Augusto Caetano da Silva Filho (Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA).

#### CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



3  
O AGRONEGÓCIO  
É O SEGUINTE  
Colheita de grãos  
no vermelho

4  
ABRE ASPAS  
JORGE RUBEZ,  
da Leite Brasil

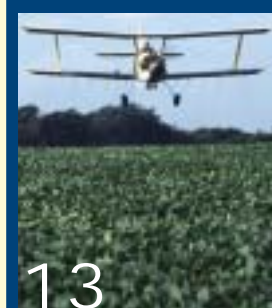


Produtor de  
leite sabe  
produzir,  
mas não  
negociar

7  
MACROECONOMIA  
Baixo crescimento  
Rogério Mori



12  
COMÉRCIO  
EXTERIOR  
Ano começa  
com recorde



13  
SAFRA 2005/2006  
Cai a venda de  
fertilizantes



15  
Indústria de máquinas  
melhora desempenho

16  
Recuperação no  
setor de defensivos

18  
Crise nos grãos

20  
Para salvar  
a agricultura



21

CARNE

Oportunidades no mercado russo

Thais Menezes Zimbres e Sílvia H. G. de Miranda



36

PESQUISA

Melhora a qualidade do emprego  
na agricultura brasileira

Otávio Valentim Balsadi e José Graziano da Silva

24

LEITE

O fundo do poço

Cristiane de Paula Turco

Leonardo Alencar

Alcides de Moura Torres Jr.



38

QUALIAGRO

Caminho sem volta

39

AGROENERGIA

Garantir a oferta de

álcool



40

A era dos biocombustíveis

42

A segunda geração do biocombustível

AÇÚCAR

Doce temporada



26

SANIDADE

Indústria

veterinária

em crescimento



28

AVICULTURA

Os riscos da gripe

Não há como  
prever a chegada do  
vírus ao Brasil



30

LARANJA

Morte súbita anunciada

Evaristo Marzabal Neves



33

CAFÉ

Estoques baixos e oferta justa



44

MEIO-AMBIENTE

Gestão de florestas

45

BIOTECNOLOGIA

Rodada dos transgênicos

46

PRODUZIR

A pecuária deve gerar  
resultados para todos

João Sampaio



## CHOCOLATE PEQUENO

A Ceplac, empresa vinculada ao MAPA, está incentivando a instalação de pequenas agroindústrias nas regiões produtoras de cacau. A idéia é aumentar a renda do produtor por meio da fabricação de polpas, purês, sucos, néctares, doces, geléias, frutas desidratadas, xaropes, compotas, vinhos, licores, destilados, sorvetes, água de coco, entre outros produtos. Nos últimos três anos, foram implantadas cerca de 15 pequenas e médias fábricas de chocolate no Brasil.



## VETO AO MEL

A União Européia suspendeu em março as compras de mel brasileiro. Motivo: falta de equivalência em relação ao controle de resíduos e qualidade do produto. Em 2005, o Brasil exportou 14,4 mil toneladas de mel para os países do bloco europeu, com receita de US\$ 18,9 milhões. São Paulo (US\$ 7,72 milhões), Ceará (US\$ 3,4 milhões) e Piauí (US\$ 3,05 milhões) foram os principais exportadores.



## PALHA DE ARROZ

A palha de arroz está substituindo a lenha na fabricação de cerâmica em Taguaralto, em Tocantins. O projeto foi desenvolvido por meio de uma parceria entre o Sebrae, o Instituto Ecológica e a Cerâmica São Judas Tadeu. A empresa trocou a lenha, retirada do cerrado, pela palha de arroz. A vantagem é a preservação da mata do cerrado.

## AGRICULTURA TRANSGÊNICA

De acordo com o coordenador de Biossegurança do Mapa, no ano passado cerca de 109 mil agricultores plantaram soja transgênica.



## NEGÓCIOS ORGÂNICOS

Da mesma forma, a agricultura orgânica ganha força no Brasil, crescendo à taxa anual de 30%. Segundo o IBD (Instituto Biodinâmico), o setor conta com 8.000 produtores e 900 mil hectares cultivados no País. As perspectivas da agricultura orgânica no Brasil é um dos temas da pauta da Conferência Mundial de Mercados Atacadistas, em São Paulo (SP), no próximo mês de abril.

**ASSINE**  
**AGROANALYSIS**  
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação  
que melhor acompanha  
o agronegócio

**0800 770 88 81**

## VELHAS NO PASTO

Com um rebanho de 325 mil cabeças, São Paulo vem expandindo sua ovinocultura. Nos últimos dez anos, o rebanho do estado registrou um crescimento de 26%.



## TURISMO ZEBUÍNO

Com o forte aumento das exportações brasileiras de bovinos vivos, cerca de 630% em 2005, Uberaba passou a fazer parte do roteiro de turismo de negócios. É grande o número de comitivas estrangeiras que visitam a capital do zebu para conhecer fazendas de criação de nelore de elite e centrais de genética.

As exportações brasileiras de bovinos vivos em 2005 chegaram a 113.205 animais, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



## EXPOZEBU ON LINE

Prova de que os criadores de fora estão de olho no zebu brasileiro é o grande número de acessos de estrangeiros ao site da Expozebu, a maior feira pecuária do mundo. No ano passado, o site da exposição ([www.expozebu.org.br](http://www.expozebu.org.br)) recebeu mais de 125 mil visitas de 49 países. Turquia, Tailândia, República Dominicana, Suíça, Reino Unido, Noruega, África do Sul, Austrália, Estados Unidos e Nicarágua foram os países que mais procuraram o site.

**SAFRA 2005/2006**

**122,6 milhões**

de toneladas é a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra brasileira de grãos

## BORRACHA EM ALTA

Com 140 mil hectares de seringueiras cultivadas, o Brasil produz 100 mil toneladas de borracha por ano. Desse total, apenas 3% é originária do extrativismo. Além disso, a cadeia produtiva do setor gera 80 mil empregos diretos no campo, 150 mil no processo de beneficiamento e outros 600 mil indiretos. Todo o setor movimenta algo em torno de R\$ 500 milhões.



## VETERINÁRIA ON LINE

O Compêndio Eletrônico de Produtos Veterinários do Sindan ([www.cpv.com.br](http://www.cpv.com.br)) reúne informações sobre produtos veterinários devidamente registrados no Ministério da Agricultura e utilizados no Brasil.

Cerca de 2.200 produtos de 91 laboratórios veterinários associados e não-associados ao Sindan estão cadastrados na base de dados.

## RESISTENTE À GRIPE

A gripe aviária não atrapalhou a AveSui 2006, feira do setor avícola que ocorre em abril, na cidade de Florianópolis (SC). A área

total do evento está sendo ampliada em cerca de 15%. Mais informações sobre a feira pelo site [www.avesui.com.br](http://www.avesui.com.br).



# Ano começa com recorde

No período de janeiro a fevereiro de 2006, as exportações do agronegócio somaram US\$5,818 bilhões, representando um recorde histórico para períodos de janeiro a fevereiro e 8,5% acima do valor exportado no mesmo período de 2005. No acumulado do ano, as importações cresceram 22,5% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$940 milhões. Como consequência, registrou-se um superávit de US\$ 4,877 bilhões.

Nos dois primeiros meses de

2006, se destacaram os aumentos dos valores exportados pelos seguintes grupos de produtos: carnes (17%); papel e celulose (17%); algodão e fibras têxteis (15,9%); açúcar e álcool (13,4%); e café (10,6%). Em termos de produtos, é importante destacar o crescimento das exportações de soja em grãos (109%); álcool (61%); carne bovina *in natura* (19%); frango *in natura* (20%); e frango industrializado (63%).

Na composição por destino, as exportações aumentaram para qua-

se todas as regiões geográficas: Europa Oriental (35%); Ásia (18%); Oriente Médio (10%); Mercosul (8,9%); Nafta, exceto o México (6,9%) e União Européia (3,6%).

Quanto às importações, entre janeiro e fevereiro de 2006, as variações mais significativas ocorreram nas aquisições de trigo (92%, de US\$85 milhões para US\$163 milhões); arroz (20%, de US\$24 milhões para US\$29 milhões); e milho (19%, de US\$6 milhões para 7,2 milhões).

Balança comercial do agronegócio (em US\$ mil)

PRODUTO	JAN a FEV/2006 (a)			JAN a FEV/2005 (b)			VAR.(%) (a/b)	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
CARNES	1.189.621	19.673	1.169.948	1.012.806	17.310	995.496	17,5	13,7
COMPLEXO DE SOJA	779.429	10.204	769.225	709.808	14.177	695.631	9,8	-28,0
AÇÚCAR E ÁLCOOL	635.454	70	635.384	560.407	51	560.356	13,4	37,3
PAPEL E CELULOSE	595.668	146.530	449.138	507.612	129.284	378.328	17,3	13,3
MADEIRA E SUAS OBRAS	545.694	15.293	530.401	571.107	13.130	557.977	-4,4	16,5
COURO, PELES E CALÇADOS	534.683	35.210	499.473	490.000	31.741	458.259	9,1	10,9
CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	437.451	2.889	434.562	388.897	5.448	383.449	12,5	-47,0
ALGODÃO E FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS	239.315	44.743	194.572	206.489	30.845	175.644	15,9	45,1
SUCOS DE FRUTAS	207.157	23.871	183.286	210.077	14.996	195.081	-1,4	59,2
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	93.788	256.550	-162.762	89.910	167.814	-77.904	4,3	52,9
FUMO E TABACO	85.639	4.569	81.070	127.861	4.015	123.846	-33,0	13,8
FRUTAS, HORTALIÇAS E PREPARAÇÕES	81.603	58.626	22.977	89.748	50.173	39.575	-9,1	16,8
CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	53.390	30.452	22.938	50.345	27.967	22.378	6,0	8,9
PESCADOS	38.383	72.159	-33.776	48.941	69.566	-20.625	-21,6	3,7
LEITE, LATICÍNIOS E OVOS	28.521	23.335	5.186	27.329	24.201	3.128	4,4	-3,6
BEBIDAS	9.770	23.836	-14.066	6.976	14.549	-7.573	40,1	63,8
BORRACHA NATURAL	16	39.323	-39.307	188	43.349	-43.161	-91,5	-9,3
DEMAIS PRODUTOS	262.445	133.436	129.009	265.538	109.570	155.968	-1,2	21,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.818.027</b>	<b>940.769</b>	<b>4.877.258</b>	<b>5.364.039</b>	<b>768.186</b>	<b>4.595.853</b>	<b>8,5</b>	<b>22,5</b>

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE  
Elaboração: DPIA/SRI/MAPA





**C**erca de 19,8 milhões de toneladas de fertilizantes foram entregues em 2005, segundo a Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA). O número ficou cerca de 14,2% abaixo do registrado em 2004, de 22,8 milhões de toneladas.

É a primeira queda na venda do produto desde 1999. A partir de então, a comercialização de fertilizantes somente subiu. Em 2003, chegou a 22,8 milhões, com uma alta expressiva de quase 40%. O desempenho resulta da quebra de safra, provocada pela estiagem que atingiu os estados da região Sul, o Mato Grosso do Sul e Goiás; da desvalorização dos preços das internacionais das *commodities*, e do real valorizado.

Os menores volumes comercializados e a redução nos preços médios, decorrente da desvalorização cambial e da queda na demanda por fertilizantes, pesaram negativamente. O faturamento do setor teve um recuo superior a 25%, em torno de R\$12 bilhões. Em dólares, mesmo com a sua desvalorização frente ao real, a queda passa de 10,0%, em US\$ 5 bilhões.

Apesar de a desvalorização do dólar ter resultado também em queda dos custos de produção

#### Produção mundial de fertilizantes (mil toneladas)

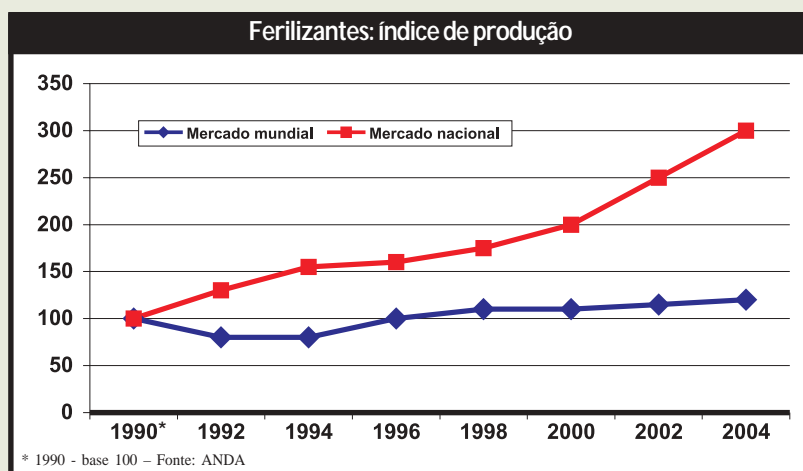
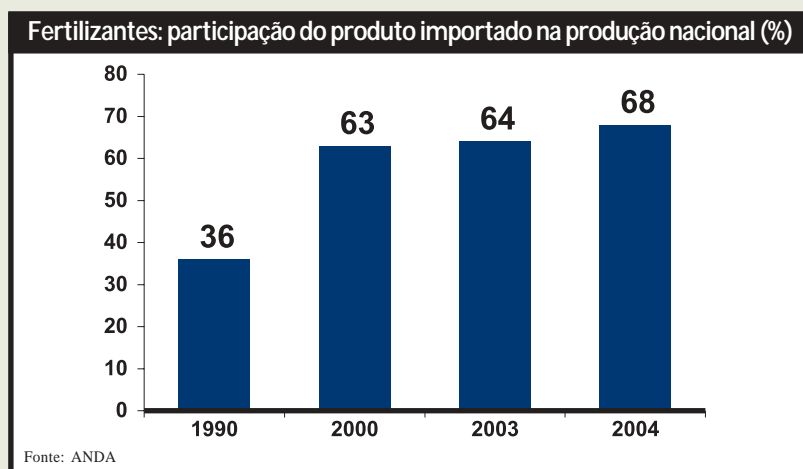
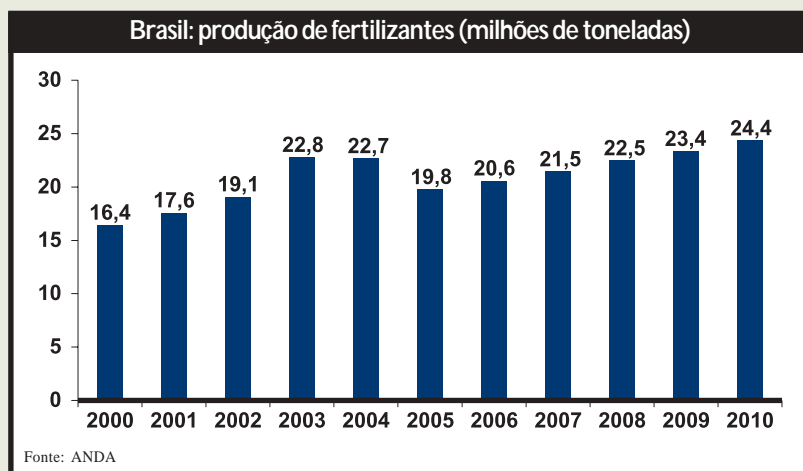
País	1970	1980	1990	2003
China	3.735	15.266	26.764	40.800
Estados Unidos	15.535	21.477	18.587	19.730
Índia	1.814	5.2311	2.000	16.750
Brasil	990	4.066	3.148	9.449
França	4.647	5.610	5.684	3.969
Paquistão	296	1.080	1.894	3.099
Alemanha	4.763	5.170	3.350	2.595
Outros	33.928	53.669	58.834	50.741
Total	65.708	111.569	130.261	147.133

Fonte: IFA/ANDA

#### Fertilizantes: perspectivas no mercado internacional

Item	Nitrogênio	Fósforo	Potássio
Reservas	Disponíveis	Limitadas	Escassas
Investimentos	China, Qatar, Omã e Vietnã	China, Brasil, Arábia Saudita, Marrocos e Peru	Em estudo: Laos, Argentina e Tailândia
Países produtores	1. China 2. EUA 3. Índia 4. Rússia	1. EUA 2. Marrocos 3. Rússia 4. China	1. Canadá 2. Rússia 3. Alemanha 4. Bielorrússia
Países consumidores	1. China 2. Índia 3. EUA 4. França	1. China 1. EUA 2. Índia 3. EUA 4. Brasil	2. China 3. Brasil 4. Índia
Participação do Brasil	Produção: 1% Consumo: 2%	Produção: 4% Consumo: 9%	Produção: 1% Consumo: 13%

Fonte: Fórum Brasil Fertilizantes - desafios e perspectivas



de fertilizantes, essa variação foi inferior à cambial, pois os custos de logística, infra-estrutura e mão-de-obra se mantiveram. As importações recuaram em 10,9%, para US\$2,43 bilhões.

O setor espera que as vendas em 2006 sejam semelhantes às de 2005. Existe uma restrição da oferta, em razão do rigor imposto pelas empre-

sas nas análises do cadastro de crédito oferecido pela indústria às revendas e aos produtores.

De acordo com o presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-Brasil), no final do primeiro semestre de 2005, havia atrasos nos pagamentos dos contratos de vendas estimados em US\$ 2 bilhões. O valor deve estar

próximo de US\$600 milhões, atualmente. Muitos agricultores se viram obrigados a acertar dívidas para contratar novos créditos.

Apesar da queda total das entregas de fertilizantes, houve crescimento em alguns Estados, devido ao desempenho de café, cana-de-açúcar, citros e celulose.

## CRISE

As seqüelas negativas da atual crise de liquidez dos produtores brasileiros de grãos no mercado doméstico de fertilizantes não serão superadas antes de 2007. A voz corrente no setor é de que os resultados consolidados de fabricantes e misturadoras de adubos que atuam no País não serão muito diferentes da performance apurada 2005, marcada pelas quedas tanto no volume de vendas quanto no faturamento correspondente.

Uma vez que cerca de 60% a 65% do consumo nacional de adubos são normalmente atendidos por importações, os preços dos produtos são formados no mercado internacional. Muitas matérias-primas, sobretudo, aquelas produzidas a partir do petróleo, subiram no exterior, este ano, o que explica o fato de o faturamento em dólar ter caído menos que o volume comercializado. Nas últimas décadas, tem aumentado a participação do produto importado em relação à produção nacional.

As importações refletiram a diminuição da demanda nacional e caíram 25,4% em 2005, para 14,320 milhões de toneladas. Os investimentos das empresas também estancaram, mas seguem previstos aportes de US\$2,89 bilhões em expansões para entre 2005 e 2010. O crescimento do mercado brasileiro de fertilizantes tem superado o mundial, e a previsão para o cenário de 2010 é de maior volume de entregas.

As indústrias mundiais de fósforo e potássio estão em processo de concentração, ao passo que não são esperados movimentos semelhantes na indústria de nitrogenados. Os ganhos tecnológicos são pequenos, e a situação é mais delicada para o potássio. ■

# Indústria de máquinas melhora desempenho

A estiagem que provocou quebra da safra de grãos, o real valorizado e os baixos preços internacionais das *commodities* agrícolas resultaram em menor demanda por máquinas agrícolas em 2005. As vendas de tratores foram menos prejudicadas, porque os mercados de café, cana-de-açúcar e laranja estão aquecidos. As indústrias de máquinas agrícolas esperam suavizar a queda nas vendas, com o aumento dos investimentos para plantio da safra 2006/07. Os agricultores voltam ao mercado com o início da safra e a liberação de recursos do Moderfrota.

O BNDES espera uma recuperação na demanda por recursos do Moderfrota, linha de crédito com juros fixos que financie a compra de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas. Mas apesar do sinal positivo, é difícil imaginar que a retomada eleve os desembolsos do banco neste programa aos níveis de dois anos atrás.



Em 2004, o BNDES desembolsou R\$4,6 bilhões para a compra de tratores e colheitadeiras, incluindo o Moderfrota e a Linha Especial da Finame. Este valor é mais do que o dobro do que o Moderfrota desembolsou em 2005 (R\$1,9 bilhão). Já a linha Especial deixou de financiar tratores e colheitadeiras, focando-se em outros implementos. No ano passado, as liberações do Moderfrota tiveram queda de 18%, em comparação com 2004, conforme Cláudio Leal, chefe do departamento de máquinas e equipamentos da área de operações indiretas do BNDES.

A redução foi motivada pela crise no setor de grãos. No total dos pro-

gramas agrícolas do BNDES, as liberações atingiram cerca de R\$4 bilhões no ano passado, envolvendo mais de 62 mil operações. Em 2004, esse montante foi de R\$6,5 bilhões e o número de operações atingiu 102,9 mil. Desde julho de 2005, verifica-se, entretanto, uma recuperação da demanda no conjunto das linhas agrícolas do banco.

## CRESCIMENTO

A indústria brasileira de máquinas agrícolas espera vender 27 mil unidades, em 2006, no mercado interno, um crescimento de 16,4%, em comparação com 2005, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). A produção deve atingir 55 mil máquinas, um aumento de 5,5% em relação a 2005.

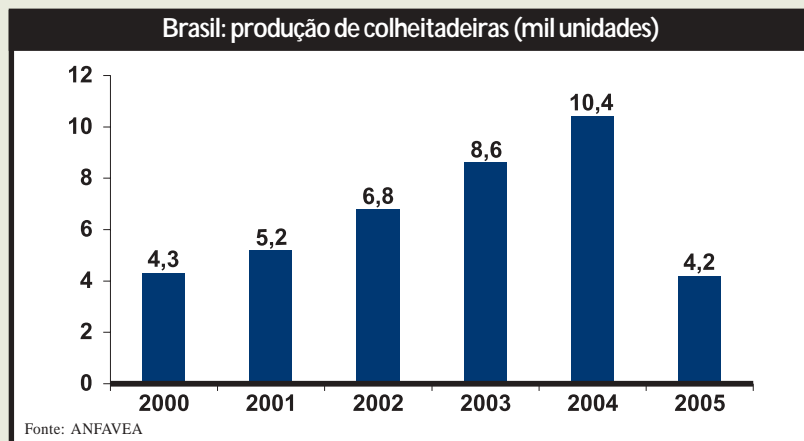
Em 2005, as vendas de máquinas agrícolas ficaram em 23,2 mil unidades, representando queda de 38,6%, em comparação com 2004. O movimento foi agravado por uma diminuição na renda agrícola. No acumulado do ano passado, a indústria exportou 30.706 unidades, 1% a menos do que em 2004.

Este ano, as vendas de máquinas





# Recupera



agrícolas subiram em fevereiro 11,7%, perante o mês anterior, para 1.885 unidades, informou a Anfavea, associação que representa as montadoras instaladas no Brasil. Em comparação com fevereiro de 2005, houve expansão de 3,2%. Com isso, no primeiro bimestre, as vendas somaram 3.572 unidades, praticamente estáveis diante igual período de 2005, quando foram vendidas 3.536 máquinas agrícolas.

A produção em fevereiro ficou

em 3.891 unidades, com aumento de 32,8%, frente a janeiro, mas significando uma queda de 15,5%, em comparação com fevereiro do ano passado. Foram fabricadas 6.821 unidades no bimestre, ou seja, 21,4% a menos que em 2005. As exportações de máquinas agrícolas somaram 1.835 unidades, com aumento de 33,6%, perante janeiro, mas representando uma queda de 42,8%, comparando com fevereiro de 2005.

**P**elas projeções do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag), o setor de defensivos agrícolas espera ter um crescimento de 5% na receita em 2006, chegando a US\$ 4,2 bilhões, com base na maior aplicação de fungicidas na soja e na demanda crescente do produto pelas culturas de café e cana-de-açúcar. No mercado nacional, estão disponíveis 375 defensivos agrícolas genéricos, que representam 80% do volume físico comercializado no País.

O resultado depende muito dos investimentos em soja, responsáveis praticamente pela metade das vendas da indústria. Os ataques da ferrugem começaram cedo, quando a planta estava pequena. Isso indica que os agricultores vão aumentar o número de aplicações por hectare.

Pelo sistema de alerta da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), já foram registrados 638 casos de ferrugem asiática da soja, na safra 2005/06, perante os 459 focos na temporada anterior. Inicialmente, a discussão técnica era sobre uma aplicação, depois em uma e meia, e hoje já se discute duas aplicações. O agricultor terá de fazer até três aplicações em alguns lugares, onde o clima quente e úmido ajudou dis-



# ação no setor de defensivos

seminar a doença.

O avanço da ferrugem da soja sobre as lavouras fez com que os produtores ampliassem o consumo de fungicidas no Mato Grosso. Na safra 2004/05, foram comercializados no Estado cerca de 5 milhões de litros do produto, segundo estimam indústrias de defensivos. Para a safra atual, a estimativa é de que a demanda chegue a 6,2 milhões de litros, segundo a Fundação Mato Grosso.

Enquanto na safra passada os produtores faziam de 1,5 a duas

aplicações de fungicida (perfazendo um volume 750 mililitros a 1 litro por hectare), nesta temporada, foram feitas duas a três aplicações, ou até quatro, em regiões mais afetadas pela fer-

rugem, como Primavera do Leste, Rondonópolis e Campo Novo dos Parecis. O custo fica em torno de US\$50 por hectare para duas aplicações de fungicida. Fazer mais do que três aplicações é uma opção que encarece o custo de produção e traz perdas de produtividade, porque o produto queima a folha da soja.

O cenário é tão difícil quanto o de 2005, tendo em vista que os agricultores, afetados pelo câmbio e pelo aumento do endividamento, reduzem compras de insumos para baixar custos. Segundo o Sindag, dos R\$3 bilhões do FAT disponibilizados para refinanciamento das dívidas agrícolas, apenas R\$460 milhões foram utilizados.

Apesar de a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontar uma redução de área para a soja na safra 2005/06, o setor não deverá ser seriamente afetado. O

produtor não irá economizar para tratar da ferrugem, uma vez que a doença é conhecida por todos e pode reduzir a produtividade em até 80%, caso não seja trata-

da. Para ter resultado, o produtor precisa de produtividade.

Embora o Sindag esteja em fase de fechamento dos dados para a pesquisa anual de 2005, já é possível admitir que as vendas caíram menos do que havia sido projetado em função da quebra de safra e da valorização do real. O setor esperava uma redução de até 20%

## Principais impactos em 2005

- Forte redução de áreas de soja e algodão;
- Crescimento de cana de açúcar e café;
- Redução de vendas de fungicidas (ferrugem-soja);
- Menor uso de tecnologia;
  - Restrição de crédito;
- Compras próximas da época de uso (sem estoques)

## Mercado de defensivos agrícolas (R\$ milhão)

Segmentos	2004	2005	%
Herbicidas	3631,6	2630,8	-27,6%
Fungicidas	3760,3	2426,6	-35,5%
Inseticidas	2561,8	2399,6	-6,3%
Acaricidas	194,4	174,9	-10,0%
Outros	372,8	321,3	-13,8%
Total	10520,9	7953,2	-24,4%

Fonte: SINDAG

nas vendas no ano passado. No entanto, a queda deve ter ficado em torno de 10%, para US\$ 4 bilhões.

As vendas não caíram mais, devido à maior demanda por defensivos para café, cana-de-açúcar e laranja, cujas cotações internacionais estão em alta. O recorde de faturamento do setor ocorreu em 2004, justamente devido à maior demanda, com a ferrugem. Naquele ano, as vendas de fungicidas somaram US\$1,388 bilhão, de um total de US\$4,49 bilhões.

A perda de R\$17 milhões na renda dos agricultores e a dificuldade dos produtores em quitarem dívidas antigas comprometeram novas compras para o cultivo da safra 2005/06, que começou a ser plantada em meados de setembro do ano passado, justamente quando o MAPA liberou o uso do glifosato genérico, para importação, exportação e comercialização do produto. ■



# Crise nos grãos

Às vésperas do período de plantio da safra de verão 2005/06, o setor de insumos – fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas – já mostrava grande preocupação com problemas logísticos, o câmbio e a renegociação das dívidas agrícolas. Era o sinal evidente de dias difíceis, de muito ajuste ainda pela frente.

As compras de defensivos estavam atrasadas e ainda faltava receber 30% dos financiamentos que venceram em abril e maio. O planejamento logístico era a maior dificuldade enfrentada pelo setor de fertilizantes. A tendência do setor é de construir fábricas em regiões de fronteira agrícola para reduzir problemas de distribuição. As vendas de fertilizantes tinham caído em um quarto no primeiro semestre.

A burocracia na liberação dos

recursos anunciados pelo governo federal, as perdas com a estiagem na safra 2004/05 estimadas em US\$ 10 bilhões e as altas taxas de juros causaram uma baixa geral nas vendas internas.

O quadro não mudou praticamente nada nos últimos seis meses. Grãos e carnes experimentam uma conjuntura de aguda compressão de rentabilidade financeira, a despeito da residual *performance* positiva de atividades dos 4 Cs (café, cana, citrus, celulose).

Enfim, depois de um período prolongado de expansão das fronteiras físicas de produção, de novos investimentos em ampliação da capacidade produtiva e melhoria de eficiência e competitividade, a agricultura recuou em 2005, sem perspectivas de recuperação neste ano.

Duas secas consecutivas nos últimos dois anos, acontecidas no Centro-Sul do País, afetaram drasticamente a quantidade colhida e a produtividade das lavouras de grãos dos principais estados produtores (Paraná e Rio Grande do Sul). Os prejuízos chegam à montante (máquinas, implementos e insumos) e à jusante (processamento industrial) das cadeias produtivas.

A dobradinha formada por juros altos e câmbio baixo joga contra a produção, em meio a um cenário de recuo dos preços mundiais das *commodities* agrícolas, sobretudo, da soja, ocasionado pela ampliação da safra norte-americana. A elevação dos custos financeiros e a redução da receita em reais com a conversão dos dólares oriundos das vendas externas deprimem as margens operacionais das atividades exportadoras.

## VOLATILIDADE

Infelizmente, o agronegócio é muito susceptível à volatilidade, face aos ciclos de produção e seus impactos no mercado, às políticas protecionistas de concorrentes externos e à influência de fatores tecnológicos e de gestão.

Enquanto são erguidas barreiras orçamentárias para o cumprimento da política de preços mínimos e a disponibilidade de recursos financeiros preferenciais, inclusive o seguro agrícola, o setor assiste impotente ao afastamento do Estado para apoiá-lo.

A relação entre os recursos do sistema nacional de crédito rural e a área plantada cai para menos de um na atual safra. Há uma dramática deterioração do poder de autofinanciamento dos produtores e de captação de recursos a juros

### Variação dos preços de insumos nas culturas (%) - safra 95/96

Item	Algodão	Arrozdeaqueiro	Arrozirrigado	Milho	Soja	Trigo
Fertilizantes	(23,8)	(16,0)	(12,2)	(12,3)	(20,0)	(14,0)
Defensivos	(31,2)	(16,9)	(17,6)	(9,6)	25,0	(23,8)

### Evolução dos preços de insumos e máquinas (%)

Item	Estado	2004/05	2005/06	2004/06
Sementes	PR	20,4	(17,2)	(0,8)
	MT	12,9	(20,1)	(10,4)
Fertilizantes	PR	7,5	(14,0)	(7,9)
	MT	7,7	(20,3)	(14,3)
Calcário	PR	0,0	(20,2)	(20,2)
	MT	4,9	(29,4)	(25,9)
Defensivos	PR	1,1	(22,7)	(21,7)
	MT	7,8	(26,0)	(20,3)
Inseticidas	PR	(1,8)	(27,0)	(28,5)
	MT	8,8	(27,9)	(21,6)
Herbicidas	PR	1,9	(22,2)	(20,7)
	MT	7,6	(23,3)	(18,2)
Fungicidas	PR	5,9	(16,3)	(11,3)
	MT	6,3	(26,9)	(21,6)
Máquinas	PR	13,1	(5,7)	6,5
	MT	11,5	(3,8)	7,0
Óleo diesel	PR	20,7	11,1	34,1
	MT	21,7	11,9	36,2

Fonte: CONAB



compatíveis com a atividade. Há outras deficiências na retaguarda setorial, especialmente na defesa sanitária.

## CUSTO X PESQUISA

É uma das crises mais graves dos últimos 20 anos, com queda severa no poder de competição da agricultura. Em termos de custo variável de produção, houve uma generalizada queda na safra 2005/06, em comparação às duas últimas temporadas. Os preços de quase todos os insumos baixaram. Houve duas exceções: no óleo diesel, com intensa subida, e nas máquinas, com aumento mais módico.

O preço de equilíbrio, quando medido pela relação entre o custo variável e a produtividade das culturas, estão na mesma linha ou até abaixo em algumas regiões, quando comparado aos preços de mercado. Muitos agricultores não vão ganhar o suficiente para cobrir os custos variáveis. O pagamento das contas terá de ser adiado. Enquanto as renegociações com os bancos e os fornecedores prosseguem, os governos estaduais sentem o efeito do encolhimento na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS). O Senado aprovou projeto de lei para amenizar a situação na região nordeste, mas que depende de sanção presidencial.

Com relação ao PIB, a agricultura teve o pior desempenho desde 1997, quando apresentou baixa de 0,8%. Isso ajudou a derrubar o PIB nacional de 4,9% em 2004

## Custo variável - R\$/hectare

Produto/local	Produtividade Quilo por hectare	2004/05			Variação percentual		
		(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/b)	(c/a)
Algodão: Rondonópolis - MT	3.300	3.589,72	3.941,16	3.210,16	9,79	(18,55)	(10,57)
Arroz Irrigado: Cachoeira do Sul - RS	6.000	2.321,39	2.782,52	2.392,24	19,86	(14,03)	3,05
Arroz de Sequeiro: Sorriso - MT	4.000	1.510,48	1.545,73	1.316,07	2,33	(14,86)	(12,87)
Milho: Rio Verde - GO	6.000	1.336,26	1.445,52	1.315,45	8,18	(9,00)	(1,56)
Primavera do Leste - MT	6.000	1.393,96	1.499,59	1.337,97	7,58	(10,78)	(4,02)
Londrina - PR	6.000	1.319,03	1.360,87	1.198,87	3,17	(11,91)	(9,12)
Soja: Campo Mourão - PR	2.700	787,30	833,76	834,88	5,90	0,13	6,04
Trigo: Londrina	3.200	1.281,61	1.222,92	1.048,87	(4,58)	(14,23)	(18,16)

Fonte: CONAB

## Preço de equilíbrio (R\$) em relação a custo variável

Produto/local	Unidade	2004/05	2005/06	2006/07
Algodão: Rondonópolis - MT	arroba	16,3	16,5	12,2
Arroz Irrigado: Cachoeira do Sul - RS	50 quilos	19,3	23,1	19,9
Arroz de Sequeiro: Sorriso - MT	60 quilos	22,6	23,2	19,8
Milho: Rio Verde - GO	60 quilos	13,4	14,4	13,1
Primavera do Leste - MT	60 quilos	13,2	14,4	13,1
Londrina - PR	60 quilos	13,2	13,6	11,9
Soja: Campo Mourão - PR	60 quilos	17,5	18,5	18,5
Trigo: Londrina	tonelada	400	382	327

(\*) Custo variável/produtividade

## Projeto de Lei 142 - renegociação das dívidas rurais do Nordeste, aprovado no Senado

Custo estimado	R\$ 7 bilhões, com R\$ 5 bilhões já tendo sido lançado como prejuízo.
Operações	Exclui débitos da indústria sucroalcooleira.
Banco do Nordeste	Repassador de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): 87% da carteira da região; 924.769 operações com saldo de R\$8,4 bilhões. Desse total, 210.216 operações estão em atraso, com saldo de R\$3,37 bilhões, (dados de fevereiro de 2005, solicitados pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados).
Benefício	Operações contratadas até 2001 poderão ser repactuadas, em igualdade de condições para todos os contratantes.
Justificativa	Desde 1990, a região enfrentou oito períodos de secas e dois anos com inundações. A taxa de juro prefixado começou a vigorar no restante do País, a partir de junho de 1995, enquanto no Nordeste foi adotada em janeiro de 2001.
Securitização	Tratadas na Lei 9.138, com condições mais favoráveis de prazo (24 anos) e juros (3% anual), mas pagamento das parcelas em atraso (de 1998 a 2001), Parcela de 81% dos contratos inadimplentes tem valor de até R\$50 mil. Fatia de 88% envolve dívidas de até R\$100 mil.
Pesa	84% das operações em inadimplência têm saldo devedor de até R\$50 mil; e 94%, até R\$100 mil. Saldos superiores a R\$500 mil são originários de operações com associações, cooperativas e condomínios.

Fonte: CNA

para 2,3% em 2003. Neste ano, a renda do setor será a mais baixa dos últimos quatro anos. Para a safra 2006/07, a queda de área, além de líquida e certa, poderá ser mais forte do que a do ano passado. A

clara perda de vitalidade coloca em risco o avanço das exportações, importante na captação de divisas, e o abastecimento interno, com seus reflexos na taxa de inflação. ■

# Para salvar a agricultura

**A**mpliação do crédito com juros mais baixos e estímulos à produção de biodiesel de soja no Centro-Oeste, para aproveitamento de excedentes da oleaginosa, são medidas complementares e cruciais para apoiar a safra 2005/06.

No momento, os agricultores de cereais e oleaginosas enfrentam uma situação dramática com o aumento de custo, a queda do câmbio e a fraqueza dos preços de seus produtos. A rentabilidade está definitivamente comprometida. Uma queda na produção poderá afetar o abastecimento e pressionar a inflação, no exercício de 2007 e 2008.

As entidades do setor não julgam o momento para analisar e discutir a política para a adoção de novos índices de produtividade na discriminação das terras passíveis de desapropriação. Nos últimos cinco anos, a produção de grãos e oleaginosas cresceu em um terço e a área plantada expandiu em 11,1 milhões de hectares.

O saldo comercial do setor dobrou. São números bem-sucedidos.

Nas recentes décadas, a agropecuária nacional teve mudanças significativas. A crise que ora lhe aflige não é decorrência de ineficiência produtiva nem de sub-utilização de área. No último triênio, as estiagens acarretaram perdas da ordem de 35 milhões de toneladas, quando medidas pela diferença entre produção esperada e não colhida. Enquanto os custos de produção inchavam com a subida dos preços do petróleo e aço, a taxa de câmbio do real frente ao dólar se valorizava.

Se na safra 2004/05, durante a fase de plantio das lavouras, o dólar valia R\$3,10, durante a colheita ficou em R\$2,50. Nesta safra, 2005/06, nefastamente prevaleceu essa assimetria. O dólar, na fase de plantio, de R\$2,40 caiu para perto de R\$2,10. Com isso, a conta não fecha em muitas regiões produtoras de soja, o carro-chefe da arrancada crescente da agricultura. ■

## Safra 2006/07

1. Permitir que bancos privados operem com a caderneta de poupança rural, hoje, mantida só pelos Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia e pelos cooperativos Bancoob e Bansicredi.
2. Autorizar os bancos privados e cooperativos a repassar dinheiro do FAT, hoje só repassado pelo BB, BNB, Basa, BNDES e CEF (a mudança depende de lei).
3. Autorizar o Tesouro a igualar juros cobrados pelos bancos privados, e não só pelos bancos federais e cooperativos.
4. Isentar do PIS-Pasep e da Cofins os insumos para a agropecuária e estender o benefício a carnes, trigo e derivados, soja e derivados, e algodão e derivados, entre outros. Hoje, são isentos só alguns insumos e arroz, feijão, farinhas de milho e de mandioca, frutas, verduras e ovos. A alternativa seria ampliar o crédito fiscal presumido na compra de produtos agropecuários. Hoje, o crédito fiscal presumido é de 60% para produtos animais e de 35% para vegetais.
6. Criar um Fundo de Catástrofe, realimentável pelas operações de seguro. O atual Fundo de Seguro Rural se esgota em cada exercício.
7. Estender aos produtores de soja do Centro-Oeste os benefícios fiscais do programa do biodiesel.

## Mesa de negociação

Diante desse cenário negativo, são colocadas na mesa as seguintes propostas:

1. Aportar mais R\$1,5 bilhão para Operações Oficiais de Crédito (OOC) destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de outras operações de venda – os Prêmios de Escoamento da Produção e de Risco de Opção Privada. O dinheiro seria aplicado em março, abril e maio, em parcelas de R\$500 milhões, para socorrer, sobretudo, produtores de milho e soja.
2. Créditos de R\$5 bilhões para a formação de estoques privados (operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF). Em 2005, foram aplicados R\$3,5 bilhões no primeiro semestre.
3. O governo autorizou, com base em cada caso, prorrogação das parcelas do crédito de custeio da safra 2005/06 e as parcelas já prorrogadas em 2005, para vencimento em março e abril.
4. Prorrogação de parcelas vencidas em 2005 e 2006 dos programas Pesa, Securitização, Pronaf, Proger Rural, Procefa, Prodec e Fundos Constitucionais. O vencimento seria transferido para 12 meses, e depois da última parcela, o benefício só seria concedido a quem estivesse em dia com os pagamentos até dezembro de 2004.
5. Destinação de R\$1,8 bilhão no primeiro semestre para a comercialização pecuária (R\$ 0,5 bilhão acima de 2005).
6. Reavaliação de ativos apresentados há anos como garantia pelos produtores, para liberação dos valores excedentes. Isso possibilitaria novos financiamentos.
7. Aprovação do programa de integração lavoura-pecuária para estimular a rotação de lavouras e pastos, e facilitar a recuperação de áreas degradadas.
8. Manutenção dos R\$ 45 bilhões previstos no Orçamento para o seguro rural, sem contingenciamento.
9. Ampliação das modalidades do seguro rural e simplificação de procedimentos.
10. Aumentar o volume de recursos com juros equalizados pelo Tesouro e redução da taxa média, com a equalização de juros de R\$ 8 bilhões da caderneta de poupança rural e de R\$3,5 bilhões para programas de investimento da integração lavoura-pecuária.



# Oportunidades no mercado russo

Thais Menezes Zimbres\* e Sílvia H. G. de Miranda\*\*

**E**m 2005, a Rússia ocupou o terceiro lugar no ranking dos maiores importadores mundiais de carne bovina, consumindo um total de 2,2 milhões de toneladas em equivalente-carcaça. Também foi o primeiro comprador mundial de carne de frango e o segundo de carne suína (dados preliminares do USDA). Com uma população de 143,5 milhões de habitantes (Federal State Statistics Service, 2005), pode-se estimar um consumo anual *per capita* de cerca de 15Kg de carne bovina.

Em comparação com os outros tipos de carnes exportadas para a

Rússia, a carne bovina apresenta excelente desempenho ao longo dos anos, com taxas de crescimento bastante superiores às demais, inclusive, em períodos em que estas apresentaram redução nas vendas.

Os casos de febre aftosa e outras crises sanitárias ocorridas em importantes países produtores e exportadores contribuíram para conquistar novos mercados e elevar as vendas do produto brasileiro em mercados já estabelecidos, como no caso da Rússia. Ademais, as vantagens comparativas em termos de disponibilidade de fatores e de custos de pro-

dução competitivos, as ações para controle sanitário dos rebanhos, o marketing setorial e as políticas de agências governamentais de apoio às exportações contribuem para a promoção da carne bovina brasileira no exterior, aumentando as vendas ano após ano.

## ENTRAVES

A Rússia adota o sistema de cotas tarifárias como um de seus instrumentos de política comercial, por meio do qual são estipulados limites de importação para um produto. Dentro desse limite, os produtos importados estão sujeitos a uma determinada tarifa e, acima dele, deve-se pagar uma tarifa maior. No caso da carne bovina, esse sistema se aplica às carnes congeladas, frescas e refrigeradas.

Desde a repartição dos direitos à importação de carnes dentro do sistema das cotas tarifárias, no final de 2003, que favoreceu principalmente União Européia e Estados Uni-

**Brasil: exportação de carnes para a Rússia**

Ano	Carne de frango		Carne suína		Carne bovina	
	Toneladas	Crescimento	Toneladas	Crescimento	Toneladas	Crescimento
2000	0	-	23.274	-	20.766	-
2001	2.321	-	151.964	553%	96.946	367%
2002	39.899	1619%	377.099	148%	295.919	205%
2003	85.380	114%	313.940	-17%	201.715	-32%
2004	159.853	87%	288.129	-8%	192.944	-4%
2005	303.686	90%	404.739	40%	258.187	34%

Fonte: MDIC/SECEX/ALICEWEB.



dos, em troca do compromisso de apoio à entrada da Rússia na OMC, o Brasil negocia constantemente para conquistar maiores fatias desse mercado.

Entretanto, as possibilidades brasileiras vão muito além, uma vez que as cotas foram estabelecidas de acordo com a média das exportações, entre os anos de 1999 e 2001, quando as vendas do Brasil para a Rússia ainda não eram expressivas. Como a adoção das cotas não é plena, ou seja, o sistema de cotas tarifárias permite que sejam importados volumes superiores ao limite, desde que sujeitos a uma tarifa mais alta, as exportações efetivas do Brasil são superiores àquelas determinadas pelo sistema russo. Isso por-

Rússia apresentam taxas de crescimento anuais bastante elevadas.

## QUESTÕES SANITÁRIAS

A sensibilidade às questões sanitárias também é uma característica que deve ser levada em conta no desempenho exportador brasileiro. Em 2004, o governo da Rússia suspendeu por duas vezes todas as importações de carne do Brasil. A primeira ocorreu depois de confirmação de um foco de febre aftosa no rebanho bovino no município de Monte Alegre, no Pará e, posteriormente, no município de Careiro da Várzea, no Amazonas - ambos sem autorização para exportação, por estarem localizados em áreas de risco, ou seja, ain-

da não reconhecidas como livres de febre aftosa.

O primeiro embargo aconteceu em meados de junho e vigorou por doze dias, enquanto o segundo em-

vina *in natura* do Brasil, importando cerca de 294.653 toneladas deste produto, correspondentes a US\$ 555,3 milhões F.O.B. (MDIC, 2005). Estes números representam 27% e 23% na pauta de exportações de carne bovina *in natura* para todos os países, respectivamente, e cerca de 97% e 98% do total de carne bovina exportada pelo Brasil para a Rússia.

Cabe destacar que, dentre as carnes *in natura* exportadas para a Rússia, as de maior participação são as desossadas congeladas, que respondem por quase 97% das exportações totais de carne bovina para este país (em volume).

Os últimos dados reportados pela Rússia às Nações Unidas se referem ao ano de 2004, quando foram importadas um total de 510.949 toneladas a US\$687,96 milhões (C.I.F.) de carne *in natura*. O Brasil foi o maior fornecedor deste produto, com uma participação percentual nos valores importados de cerca de 25%, seguido pela Ucrânia, Argentina e Alemanha, com cerca de 24%, 15% e 8,5%, respectivamente. Em termos de volume, o Brasil também ocupou o primeiro lugar, respondendo por aproximadamente 29%, bem à frente da Argentina (16,45%), Ucrânia (15,36%) e Alemanha (9,02%).

Em relação às vendas de miúdos, em 2004 foi importado um total de 42.418 toneladas a US\$ 26,85 milhões - C.I.F. (Nações Unidas, 2004). O Brasil foi o segundo maior fornecedor, com uma participação percentual, em volume, de 15%, seguido pela França, Dinamarca e Alemanha. O maior fornecedor de miúdos foi a Austrália, com 25%. Em 2004, não houve importações de carne salgada do Brasil pela Rússia, e os valores das carnes industrializadas foram muito pouco significativos.

A evolução das exportações brasileiras para a Rússia entre 1996 e 2005, em volume e em valor, também surpreende. De 1996 até 1999, apenas as carnes industrializadas eram exportadas, mais especificamente os enchidos de carne, miudezas, sangue e suas preparações alimentícias. Contudo, estes volumes

Rússia: cotas de importação (mil t)

Países	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União Européia	331,8	339,7	343,7	347,6	351,6	355,5
Estados Unidos	17,2	17,7	17,9	18,1	18,3	18,5
Paraguai	3	3	3	3	3	3
Outros países	68	69,6	70,4	71,3	72,1	73
Total	420	430	435	440	445	450

Fonte: USDA, 2005.

Rússia: tarifas de importação

	2006	2007	2008	2009
<b>Tarifa intra-cota</b>	15% e não menos que 0,15/kg	15% e não menos que 0,15/kg	15% e não menos que 0,15/kg	15% e não menos que 0,15/kg
<b>Tarifa extra-cota</b>	55% e não menos que 0,55/kg	52,5% e não menos que 0,53/kg	50% e não menos que 0,50/kg	40% e não menos que 0,40/kg

Fonte: USDA, 2005.

que, dados problemas sanitários e a não utilização do total das cotas por determinados países, existe a possibilidade de o importador obter permissão para comprar carne de outros fornecedores.

No final de 2005, a Rússia divulgou os novos números do sistema de cotas tarifárias, que deverão prevalecer até 2009. Observa-se o aumento gradual dos limites de importação paralelamente à redução das tarifas extracota. Entretanto, estes números ainda são bem inferiores ao total efetivamente exportado pelo Brasil ao longo dos anos, especialmente quando se considera que as vendas de carne bovina para a

bargo, iniciado no dia 20 de setembro, só chegou ao fim no início do mês de março de 2005. Em ambos, os argumentos técnicos para a manutenção dos embargos a todo o território nacional não convenceram as autoridades brasileiras, inclusive, por divergirem das orientações do Escritório Internacional de Epizootias (OIE), que é o órgão de referência científica para as questões de sanidade animal na Organização Mundial do Comércio (OMC).

## PERFIL DO COMÉRCIO

A Rússia se caracteriza por ser o maior país comprador de carne bo-

foram muito pouco significativos. No ano 2000, não houve vendas para esse país, e a partir de 2001, as taxas de crescimento das exportações de carne bovina para a Rússia apresentaram valores significativos, como demonstra a figura ao lado.

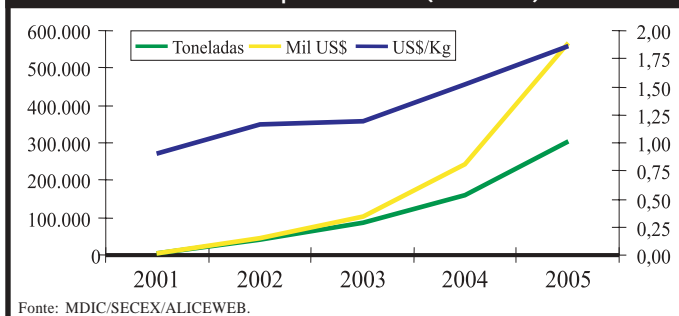
O desempenho dos preços médios de exportação nos últimos cinco anos também foi satisfatório, especialmente quando se tem em vista que o perfil de produto exportado não se alterou. No ano 2001, a média de preços era de US\$0,91/Kg, evoluindo para US\$ 1,53/Kg em 2004 e US\$ 1,87/Kg em 2005.

A análise dos índices de sazonalidade revela que as exportações de carne bovina para a Rússia se intensificam em maio e se concentram principalmente entre julho e novembro, quando alcançam o maior volume de vendas. Esse fato permite uma comparação interessante do ponto de vista das estratégias comerciais de exportação de carne bovina. As exportações de carne *in natura* brasileira para a União Européia (UE) se concentram nos meses de março a julho, alcançando maior volume de vendas nos meses de junho e julho, segundo estudo de Miranda (2001). Assim, se conclui que estes dois grandes importadores de carne bovina brasileira têm o auge de seus embarques em períodos não coincidentes. Quanto à sazonalidade dos preços médios de exportação para a Rússia, esta apresenta pouca variação ao longo dos meses do ano, apre-

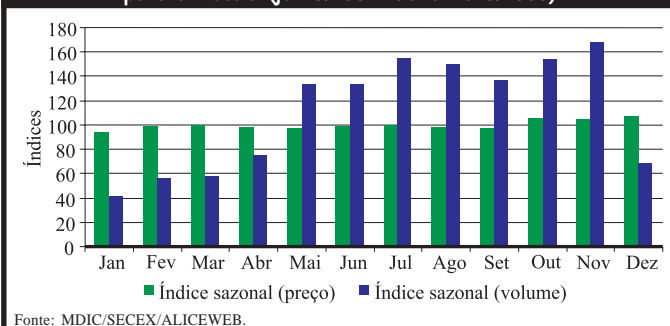
sentando valores ligeiramente mais elevados em dezembro, um dos meses com menores vendas, resultado semelhante também ao que foi encontrado por Miranda (2001) para a UE.

A participação crescente da Rússia no total das vendas

**Evolução das exportações brasileiras de carne bovina para a Rússia (2001-2005).**



**Índice de sazonalidade para os volumes e os preços das exportações de carne bovina brasileira para a Rússia (julho/2001- dezembro/2005)**



brasileiras de carne se deve ao fato de as taxas de crescimento das exportações de carne bovina para a Rússia serem muito superiores às das vendas totais do produto. Para o ano de 2002, por exemplo, a variação, em volume, das exportações para a Rússia foi de 1619%, enquanto a das exportações do Brasil para todos os países foi de apenas 18%. No ano seguinte, atingiram 114% e 36%; em 2004, 87% e 44%; e em 2005, 90% e 17%, respectivamente.

Desse modo, também é possível entender as participações crescentes das exportações de carne para a Rússia no total exportado pelo Bra-

sil. O ano de 2005 se destaca por dois motivos: primeiro, porque essa participação chegou a 21,2% em volume e 18,3% em valor, e segundo porque em relação ao ano anterior houve um salto nessa participação.

## RESULTADOS FAVORÁVEIS

A despeito das políticas comerciais adotadas pela Rússia para o mercado de carne bovina, caracterizadas principalmente pelo uso das cotas tarifárias e das barreiras sanitárias, e, a despeito, em particular, da pequena parcela destinada dessa cota ao Brasil e da grande reatividade desse país aos eventos sanitários, que, em alguns momentos caracterizaram um relacionamento comercial complexo, ao longo dos últimos anos, a Rússia vem apresentando importância crescente para o setor exportador de carne bovina brasileira. Esta é uma indicação forte da competitividade desse setor.

É importante ressaltar também que o questionamento desse sistema comercial e seus resultados somente serão mais efetivos quando da admissão da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, é necessário superar os limites impostos pelas cotas, seja por meio de propostas alternativas envolvendo outros interesses comerciais e políticos ou, pelo aproveitamento de oportunidades abertas devido a problemas em países concorrentes. Além disso, é essencial man-

**Participação percentual das exportações brasileiras de carne bovina para a Rússia**

Ano	Toneladas			Mil US\$		
	Total exportado pelo Brasil	Total exportado para a Rússia	%	Total exportado pelo Brasil	Total exportado para a Rússia	%
2001	533.471,57	2.321,05	0,4	1.031.109,31	2.108,04	0,2
2002	626.859,04	39.899,12	6,4	1.118.234,15	46.610,75	4,2
2003	851.826,50	85.380,13	10,0	1.562.187,47	102.226,28	6,5
2004	1.224.320,76	159.853,32	13,1	2.534.694,08	244.029,50	9,6
2005	1.432.603,32	303.686,32	21,2	3.103.402,63	567.175,03	18,3

Fonte: MDIC/SECEX/ALICEWEB.

ter uma vigilância rigorosa, principalmente, quanto ao atendimento das exigências sanitárias que podem, eventualmente, se configurar como barreiras às exportações brasileiras para a Rússia.

Os resultados favoráveis da balança bilateral da carne bovina, entre Brasil e Rússia, estão contextualizados em um ambiente internacional e nacional, que tem, de modo geral, beneficiado as exportações desse produto. Estes resultados têm atingido basicamente as carnes *in natura* congeladas, cujos valores médios se elevaram nos últimos anos e cujos volumes ultrapassaram, inclusive, as cotas impostas. Os desafios para melhorar ainda mais este comércio consistem justamente em reduzir as barreiras comerciais e ampliar essa pauta para os produtos frescos e refrigerados, mais valorizados no mercado internacional.

Por fim, o desempenho crescente das vendas para o mercado russo não deve ser visto como um fato isolado, uma vez que se relaciona aos esforços de diversificação dos mercados compradores do produto, à complementaridade das políticas públicas e privadas de apoio às exportações, ao equacionamento dos problemas sanitários, às inovações e diferenciações dos produtos e aos investimentos em novas técnicas de manejo do rebanho e processamento, que aumentam a produtividade e a qualidade do produto final. Este conjunto de medidas garante não apenas a consolidação desse mercado, mas, sobretudo, a conquista da fidelidade dos consumidores que desejam produtos de alta qualidade a preços competitivos. ■

<sup>1</sup> Miranda, S.H.G. Quantificação dos Efeitos das Barreiras Não-Tarifárias sobre as Exportações Brasileiras de Carne Bovina, 2001.

\* Graduada em Ciências Econômicas - ESALQ/USP.

E-mail: thazim@esalq.usp.br.

\*\* Professora Doutora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia - ESALQ/USP.

E-mail: smiranda@esalq.usp.br.

LEITE



## O fundo do poço

Cristiane de Paula Turco (\*)

Leonardo Alencar (\*\*)

Alcides de Moura Torres Jr. (\*\*\*)

O preço do leite mostra fraca reação nas principais bacias leiteiras do País, depois de sete meses seguidos de queda. O 'fundo do poço', com o pior preço médio da história, aconteceu em janeiro, quando foram pagos R\$ 0,421/litro, em valores atualizados pelo IGP-DI. Nem mesmo 2001, que registrou o pior valor médio anual da história, apresentou um valor tão baixo para o leite num mês.

Em fevereiro, o preço médio do litro de leite, referente à produção de janeiro, subiu cerca de 1,4%. Foram pagos R\$0,427/litro (preço bruto, com frete e impostos). Com exceção do Paraná, os cinco principais Estados produtores brasileiros apresentaram aumentos maiores que a média nacional.

Goiás, apesar do aumento pequeno, foi o único Estado da região Centro-Oeste cujos preços reagiram, principalmente, na região de Goiânia, onde a concorrência é maior. Vale lembrar que Goiás escoou a maior parte da sua produção para grandes centros consumidores, como São Paulo. Assim, a queda na oferta de leite na região e a maior procura paulista, possibilitaram o reajuste.

Já Mato Grosso do Sul está com o menor preço do leite do Brasil. Considerando valores brutos, o produtor sul mato-grossense recebeu R\$0,32/litro em fevereiro, cerca de 25% a menos do que a média nacional.

Em média, os preços subiram 23,8% ou R\$ 0,09/litro em fevereiro. Isso acontece quando as indústrias aumentam a necessidade de adquirir

leite entre elas (o chamado mercado spot). É o sinal evidente de que os preços pagos aos produtores devem aumentar. Um reflexo da queda da produção nacional de leite e do aumento nas vendas.

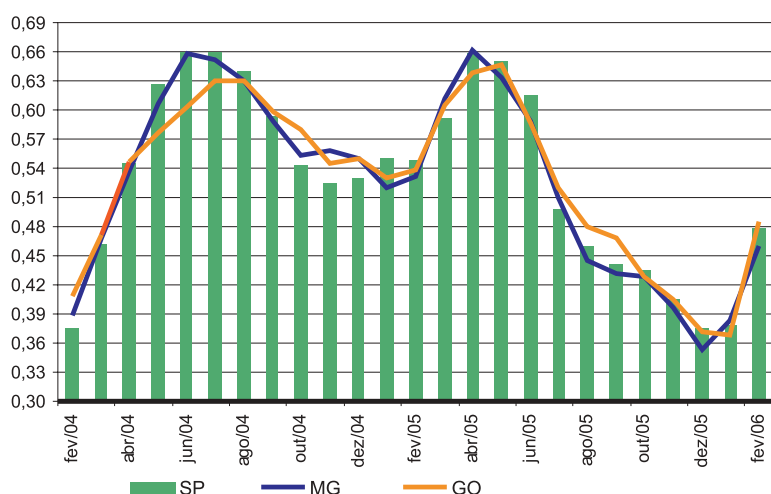
Em função da crise que o setor atravessa, a produção realmente diminuiu no final de 2005 e início de 2006. A volta às aulas é um dos motivos para aquecer a demanda. Outro ponto é que, em ano de eleições, o governo tende a aumentar os gastos com programas assistencialistas. Aí, está incluída uma maior distribuição de leite às crianças da rede pública de ensino e às famílias de baixa renda. O aumento no consumo e a queda na produção pressiona os preços para cima.

### ATACADO E VAREJO

Além do aumento no preço médio do leite pago ao produtor, em fevereiro, o atacado também reagiu.



## Preço do litro do leite longa vida no atacado e no varejo, em R\$ nominais



Em média, as cotações aumentaram 0,65%. O destaque é o leite longa vida, carro-chefe no mercado de laticínios, cujo preço médio ficou em R\$1,18/litro, ou seja, 10,27% maior, quando comparado ao mês de janeiro. Considerando valores atualizados pelo IGP-DI, este preço está R\$0,10/litro abaixo do registrado no mesmo período de 2005.

O consumidor também pagou mais caro pelo leite longa vida em fevereiro; pagou 9% a mais. Em média, o produto foi encontrado nas prateleiras dos supermercados a R\$1,37/litro. Não foi mais barato em função da margem do varejo em relação ao atacado, que está mais alta comparada ao ano passado. Em fevereiro de 2005, o varejo aplicava uma margem de 13,2%. Em fevereiro deste ano, foi de 16,3%.

No período analisado, as maiores margens de venda do varejo sobre o atacado foram registradas em agosto de 2004 e junho de 2005, com cerca de 21% de variação. A margem média dos últimos 4 anos foi de 13,9%.

## QUEIJS

Já o mercado de queijos está favorável para o consumidor, em relação a janeiro. Em função da época do ano, quando ocorre queda no consumo, os preços recuaram. O queijo mussarela, por exemplo, ficou 11,5%

mais barato nos supermercados em fevereiro. Em média, foram pagos R\$12,50/quilo. Mas quem pesquisou encontrou preços ainda mais baixos.

Para a indústria, ter os preços dos queijos em baixa há meses, não é uma boa notícia. Muitas empresas informam que não conseguem cobrir o custo do produto mediante os atuais valores de venda.

Se alguém sai perdendo, alguém também sai ganhando. Atualmente, a margem de venda do varejo sobre o atacado, para a mussarela, é de quase 70%. O quilo do produto é vendido pelos atacadistas, em média, a R\$7,37. Surge, então, a dúvida: com essa diferença de preço tão grande, por que a indústria não aumenta o preço?

Os supermercados são mais organizados e possuem maior poder de barganha. Às vezes, acontece até de o preço de um determinado produto lácteo estar mais barato nas prateleiras em relação ao atacado. Quem perde com isso são as indústrias, pois mesmo com os preços de tabela superiores, as negociações acabam os levando para baixo. É o que acontece atualmente com a mussarela. Há lugares que, em função de promoções, o consumidor conseguiu pagar até R\$5,90/quilo no mês passa-

## Preço do leite em fevereiro

Região	Variação média sobre janeiro		Preço atual R\$/litro
	Em %	Em R\$/litro	
Minas Gerais	2,38%	0,010	0,439
Goiás	1,66%	0,007	0,407
Rio Grande do Sul	1,95%	0,008	0,440
Paraná	-0,24%	-0,001	0,416
São Paulo	2,32%	0,010	0,449
Brasil	1,42%	0,0060	0,427

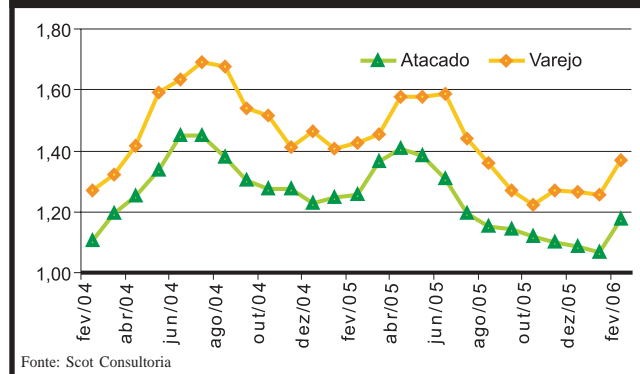
Fonte: Scot Consultoria

do. Uma diferença enorme em relação ao preço médio citado anteriormente. Assim, o supermercado pressiona a indústria.

## EXPECTATIVA

A tendência é de que melhorem os preços pagos aos produtores. Cerca de 65% das empresas entrevistadas pela Scot Consultoria acreditavam em reajustes; 32%, em manutenção dos preços, e apenas 4% sinalizavam recuos. Desde março de 2005 não se via tanta convicção na alta. No atacado, a expectativa também era de aumen-

## Preços do leite no mercado spot



to de preços, uma vez que, depois do Carnaval, as vendas tradicionalmente melhoram.

Mesmo assim, o mercado está cauteloso, digerindo as consequências dos momentos difíceis que a pecuária viveu em 2005. E é assim que tem que ser. Ficar empolgação demais é bom apenas temporariamente. Os resultados de 2005 servem de lição. ■

\* Médica veterinária

\*\* Zootecnista

\*\*\* Engenheiro agrônomo

www.scotconsultoria.com.br



## Indústria veterinária em crescimento

**A**pós registrar crescimento de 7,5% no faturamento em 2005, com o aumento de vendas para pecuária bovina, as projeções de avanço de mais 7% pelas indústrias de saúde animal se confirmaram em 2006. A alta foi impulsionada pela maior demanda nos setores de suínos e aves. Os baixos preços da arroba do boi durante o ano

passado esfriaram a demanda por produtos veterinários. As empresas acirram a competição com menores preços, e isso afetou a renda do setor.

Os números indicam expansão do mercado de produtos para saúde animal devido:

Ao aumento das exportações de produtos veterinários;

À maior conscientização dos cria-

dores sobre a importância de manter os rebanhos saudáveis, com programas sanitários eficientes.

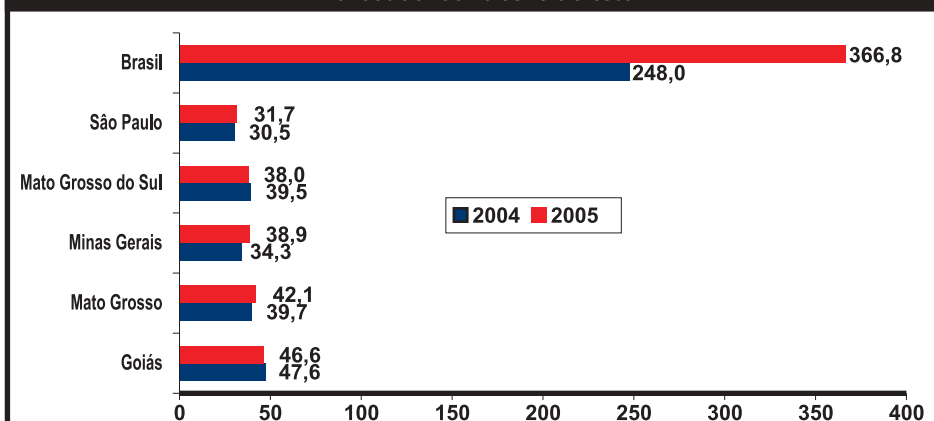
O surgimento dos focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e Paraná estimulou as vendas de vacinas contra a doença – carro-chefe do setor. Em alguns Estados, a vacinação foi antecipada e, de modo geral, houve maior procura para evitar outros casos. A tendência é de normalizar a demanda, para cerca de 340 milhões de doses, após a corrida desenfreada pelas vacinas nos últimos meses.

Para 2006, as previsões de inflação entre 4% e 5% e de câmbio valorizado devem impedir reajustes de preços e segurar o crescimento do mercado em 6%. Existe uma disputa maior de mercado por preços. Com queda na renda, o setor pecuário ficou mais sensível a preços.

De acordo com o Sindan (Sindicato da Indústria de Defensivo Animal), os produtos voltados para bovinos cresceram 12,5% em 2005, para R\$1,287 bilhão. Isso equivale a 58% do faturamento das indústrias no período. A aftosa também estimulou as vendas de outros itens, como vacinas contra raiva e brucelose. As vendas de vacinas anti-rábicas cresceram 40% no ano, chegando a 113,5 milhões de doses, quando a meta era de 81 mil.

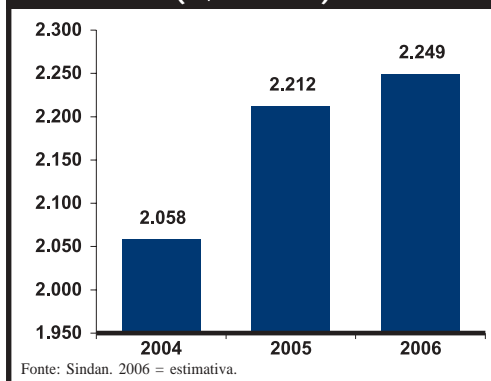
Com os problemas enfrentados pela cadeia produtiva em 2005, notadamente o baixo preço da arroba do boi, a menor cotação em 35 anos, muitos criadores investiram na produtividade, viável apenas com o rebanho saudável. A baixa lucratividade da pecuária, atividade responsável por 58% do mercado de produtos para saúde animal, motivou a mudança de mentalidade e o consequente investimento no aumento da eficácia produtiva por meio de programas sanitários. Os produtos veterinários representam

Vendas de vacina contra aftosa



Fonte: Sindan

### Brasil: faturamento da indústria veterinária (R\$ milhões)



em torno de 3% do custo do boi.

Além disso, a incessante discussão sobre sanidade, nas várias esferas de poder, nas entidades de classe, nos meios de comunicação e entre os próprios produtores, bem como os investimentos em modernização do parque industrial também contribuíram para o crescimento do setor de saúde animal como um todo em 2005 e sinalizam novos resultados positivos em 2006.

Os episódios em torno das questões sanitárias, registrados no País em 2005, como a febre aftosa no Mato Grosso do Sul, a não confirmada suspeita do foco da doença de newcastle também no MS e a preocupação cada vez maior com a gripe aviária, colocam em discussão o tema da sanidade, como item de fundamental importância para o sucesso do agronegócio brasileiro.

Na pecuária de corte, mesmo com todas as adversidades enfrentadas ao longo do ano, o Brasil bateu novo recorde nas exportações de carne bovina, superando US\$3,1 bilhões. O mesmo pode ser dito em relação às vendas externas de carne de frango, em que pese o aparecimento da gripe aviária na Europa.

As empresas do setor reclamam da burocracia nos processos como um dos entraves ao bom andamento da defesa sanitária no País, e definem como importante o desenvolvimento de um sistema que envolva procedimentos emergenciais, intensa fiscalização, legislação eficiente e disponibilidade de recursos.

O posicionamento do Sindan é de reforçar seu apoio ao Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e intensificar as parcerias mantidas em 2005, para aprimorar a regulamentação e a fiscalização de produtos veterinários. Um trabalho em sintonia com o governo e os produtores em todas as ocasiões. O objetivo é buscar a adequação da legislação para proporcionar aos laboratórios o desenvolvimento, o registro e a comercialização de produtos

para saúde animal que atendam às necessidades dos criadores de pequenos, médios e grandes animais.

### SUPERVACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA

Os laboratórios fabricantes da vacina contra febre aftosa no Brasil pretendem reduzir o percentual de reatividade a anticorpos para uma parcela próxima de zero até 2008, para evitar diagnósticos de falso positivo nos exames de sorologia. Os investimentos no programa começaram a ser feitos há três anos e vão somar US\$2 milhões no fim do período.

Atualmente, a maior parte das vacinas distribuídas tem reatividade próxima de 2%. A reação aos anticorpos é causada por proteínas que se desprendem do vírus utilizado na composição da vacina. A presença dessas proteínas pode ser confundida com a do vírus causador da aftosa. O percentual de 1,5% a 2% é aceitável como reação à vacina, cuja qualidade com maior ou menor reatividade é a mesma.

Os testes realizados pelos laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no gado com suspeita de contaminação no Paraná demonstraram reatividade de 12%, parcela que indica que os animais tiveram contato com o vírus, e não que se tratava de reação à vacina, segundo o presidente do Sindan. Como o vírus não foi isolado, porém, houve impasses entre o governo federal e o paranaense, que se recusou, inicialmente, a permitir o abate do rebanho. ■

## Imunização de 96% do rebanho

Pelo balanço do MAPA sobre as duas etapas da campanha de vacinação contra a febre aftosa em todo o País em 2005, a imunização alcançou 343,3 milhões de bovinos e bubalinos, o equivalente a 96,14% do rebanho nacional. As informações sobre a cobertura vacinal foram encaminhadas pelos órgãos executores estaduais de Defesa Sanitária Animal à Coordenação Nacional de Controle da Febre Aftosa da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

O resultado foi considerado positivo nos estados classificados como "Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação" (Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins), e a média de imunização dos animais ficou em 97,77%.

Nos Estados classificados como área de risco desconhecido, baixo ou médio risco na época da aplicação (Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima), a cobertura vacinal alcançou, em média, 89,31% do rebanho.

Os percentuais positivos reforçam a necessidade de manter o trabalho de mobilização entre os pecuaristas nas etapas da campanha de vacinação, sobretudo, nos estados onde os índices não atendem à recomendação da Organização Mundial de Saúde Animal, que é de 95%.

Neste mês, a primeira etapa da vacinação acontece em cinco estados e será acompanhada por técnicos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura em Minas Gerais, Bahia, Ceará, Espírito Santo e Rio de Janeiro.



# Os riscos da gripe



**A** gripe aviária, doença transmitida pelo vírus H5N1 por meio de aves como galinhas, patos, gansos e cisnes, deixa autoridades e moradores de vários países da Europa e da Ásia em estado de alerta. O vírus surgiu na Ásia, mas alcançou o continente europeu em poucos meses. O saldo é alarmante: 180 casos em humanos, com 90 mortes.

Na França, onde o consumo de carne de frango despencou, o governo fará uma campanha publicitária para explicar a doença à população. Esse tipo de gripe só chega ao homem por meio do contato com as aves contaminadas. Não há registro de transmissão de humano para humano e nem por meio dos alimentos, pois o vírus não sobrevive a temperaturas superiores a 65 graus.

A possibilidade de transmissão entre humanos poderia vir de uma possível mutação do vírus. Isso causaria a chamada pandemia, motivo de séria preocupação entre os especialistas. A doença se espalharia mais rápido pelo mundo e poderia causar muitas mortes.

Se não há necessidade para alarde ou pânico no Brasil, os especialistas não rejeitam a possibilidade de a gripe aviária chegar ao País. Como ainda não há registros de transmissão entre seres humanos, a preocupação no momento é impedir a entrada do vírus e, caso isso não seja possível, evitar impactos econômicos, já que o Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo.

A gripe aviária pode chegar ao País por duas vias:

- A primeira, por meio de aves migratórias da América do Norte para cá;
- A segunda, por intermédio de uma pessoa contaminada, no caso de uma pandemia consolidada. A preocupação seria maior com a mutação do vírus.

## DEFESA SANITÁRIA

Como a doença ainda não chegou a países como os Estados Unidos e o Canadá, as chances de ela chegar ao Brasil se tornam ainda mais remotas. O País está montando uma estrutura de defesa sanitária para tentar detectar o mais rápido possível a doença. Existem 19 laboratórios públicos espalhados pelo território nacional, preparados para diagnosticar rapidamente a doença. O controle na fiscalização de produtos importados relacionados às aves está mais rigoroso.

Até setembro, o governo pretende regionalizar a produção avícola para que, caso o vírus chegue ao País, seja isolado e não prejudique as exportações de outras regiões. A intenção é detectar o mais rapidamente possível, isolar o foco e evitar que ele chegue em outras regiões do Brasil. Dessa forma, após três meses, como determinam as regras internacionais, a região infectada, voltaria a exportar.

Laboratórios do País já tentam encontrar uma vacina para a gripe aviária. Porém, a produção de tal medicamento, após a descoberta, somente seria concluída em seis meses. No momento, o governo federal tem de fazer um estoque de vacina e antiviral para, se acontecer uma pandemia, evitar a propagação da doença.

## Um pouco de história

**A** mais grave de todas as pandemias já ocorridas foi a Gripe Espanhola, em 1918, que, em estimativas oficiais, matou cerca de 20 milhões de pessoas – extra-oficialmente, acredita-se que tenha sido o dobro desse número. Nessa grande epidemia mundial, cerca de 50% da população foi atingida, sendo que 25% tiveram infecção clínica. Esta pandemia vitimou mais pessoas do que a Primeira Guerra Mundial (1914-1917), que fez 14,5 milhões de mortos e, encerrada um ano antes, é apontada como a responsável pela propagação do Influenza pelo mundo.

No Brasil, a pandemia teve início em outubro de 1918 e durou apenas algumas semanas, até o final de novembro. Pelo menos 35.000 pessoas foram mortas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. A vítima brasileira mais ilustre, e tardia, foi o presidente reeleito Rodrigues Alves, que não chegou a assumir o cargo para seu segundo mandato.

O vírus de Influenza que causou a pandemia de 1957-58 foi descoberto na China em 1957, alcançou para Hong Kong em abril e se alastrou rapidamente para Cingapura, Taiwan e Japão. Em cerca de seis meses, se espalhou por todo o mundo. Esta epidemia afetou cerca de 40% a 50% das pessoas do globo. Contabilizou-se um total de um milhão de mortos.

O surto da Gripe de Hong Kong também fez cerca de um milhão de mortos e começou na China, em julho de 1968. Espalhou-se para Hong Kong no mesmo mês, de onde foi para o resto do mundo, até alcançar a América do Sul e África, em meados de 1969.

## Não há como prever a chegada do vírus ao Brasil

**"N**ão há como estabelecer uma data para a chegada do vírus da influenza aviária ao Brasil". A afirmação é da pesquisadora Liana Brentano, da Embrapa Suínos e Aves (Concórdia-SC), unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Liana resolveu esclarecer o assunto depois que foi publicado em vários órgãos de imprensa que a Embrapa estaria afirmando que a doença chegaria ao País em setembro deste ano. "Hoje, existe a possibilidade, até mesmo, de a doença não ser registrada no Brasil. Portanto, é temerário fazer afirmações definitivas com base em probabilidades", disse a pesquisadora.

A suposição de que o vírus da influenza aviária, mais conhecida como gripe do frango, chegaria ao Brasil em setembro surgiu de uma simplificação em torno das probabilidades de disseminação do H5N1. A Embrapa tem pesquisado o assunto e repassado informações, com base em análises de especialistas de diferentes países e organizações internacionais da área de saúde humana e animal, sobre evidências de que a disseminação do vírus da Ásia para a Rússia, Europa e África está associada, em parte, a determinadas rotas de migração de aves silvestres.

A ocorrência de migrações de aves da Europa para o Ártico, indo da Groenlândia para o Canadá e os Estados Unidos, seria um dos fatores de risco para a chegada do vírus à América do Norte. No caso de o vírus H5N1 ser registrado no hemisfério norte, a rota migratória que existe do hemisfério norte para o sul, que faz com que as aves migrem a partir de setembro para a América do Sul, poderá vir a ser uma fonte de risco de chegada do vírus ao Brasil. "Esses dados não afirmam que o vírus che-

gará em setembro, mas apenas indicam uma das diferentes probabilidades de riscos de disseminação", completou Liana.

Em face das muitas incertezas a respeito de como e se o vírus chegará à América do Sul, todas as vias de risco (e estas incluem outros deslocamentos de aves) tem que ser consideradas e receber a devida atenção. "Isso não significa de modo algum a instalação de pânico e alarmismo a partir de previsões baseadas em probabilidades", afirmou a pesquisadora.

Para Liana Brentano, nem a chegada do H5N1 à América do Norte significa que a doença fatalmente estará no Brasil. Alguns vírus de influenza aviária de outros subtipos, diferentes do H5N1, mas também altamente patogênicos para galinhas, já foram diagnosticados anteriormente nos Estados Unidos e jamais chegaram ao País. Canadá e Estados Unidos têm, historicamente, sido capazes de conter rapidamente a ocorrência de vírus de influenza. Deve-se contar, então, com a possibilidade de que os sistemas de controle dos países norte-americanos possam minimizar os riscos de disseminação do vírus.

A pesquisadora ressaltou também que existem entendimentos equivocados sobre o risco à saúde da população. Pelo que foi apurado até agora, a gripe do frango somente é transmitida aos humanos por meio de aves domésticas (frangos, galinhas, patos, marrecos e outros). Não há prova definitiva sobre a transmissão do vírus entre humanos. Outra informação importante é de que o consumo de carne de frango inspecionada e cozida não representa riscos. O H5N1 não resiste a temperaturas acima de 60 graus centígrados.

Além dos esforços de pesquisa da Embrapa, o Mapa já elaborou, em parceria com todos os segmentos envolvidos com a avicultura brasileira, um plano de contingência para evitar a entrada da influenza aviária no País. O plano também prevê as medidas que devem ser tomadas, caso seja localizado algum foco da doença. O plano está disponível para consulta pública na página eletrônica do ministério. ■

**ONDE SABER MAIS:**  
Embrapa Suínos e Aves, telefone:  
(49) 3441.0400 - ramal 454.



Evaristo Marzabal Neves \*

**P**esquisas de preços, conduzidas pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-ESALQ/USP), dão conta de que a caixa de laranja-pêra (no pé, não colhida), que é a mais comercializada no mercado doméstico, bateu o recorde (média próxima aos R\$20 por caixa, sem custos de colheita e frete) neste ano, em comparação com todos os meses de fevereiro, desde o início do levantamento, em 1994. Já em janeiro, o valor médio foi de R\$15,68/cx, 72% maior do que o deste mês em 2005.

As previsões de alta se apóiam em fatores fundamentais de mercado, face ao desequilíbrio na balança de oferta e demanda. Enquanto houve queda de 2% na produção de laranja (2,13 milhões de toneladas), uma redução de 25% (para 417 mil toneladas) fez os estoques globais de suco concentrado se aproximarem do limite mínimo de segurança. Fica por conta da desvalorização do dólar, se a conversão em reais representa ganhos consideráveis para os agentes

econômicos da cadeia citrícola.

Esses impactos negativos estão associados com os furacões que assolaram a Flórida no 2º semestre de 2004 e 2005, e perdas na produção norte-americana e brasileira decorrentes da forte incidência de pragas e moléstias.

O suco de laranja concentrado é uma *commodity* bem previsível. No complexo da soja, há diversos países que a produzem, com destaque para EUA, Brasil e Argentina. São diversos estados brasileiros, localizados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste, e mesmo no nordeste, com cultivo desta leguminosa. O mesmo raciocínio é válido para cana-de-açúcar, café, algodão etc.; porém, a *commodity* suco de laranja é *suigeneris*.

No mundo, a balança entre oferta e demanda por suco concentrado fica sujeita às produções localizadas na Flórida (EUA) e em São Paulo (Brasil), principalmente. Daí seu caráter de previsibilidade. Furacões que sopram e devastam a Flórida rebatem e induzem a preços crescentes no interior da

citricultura paulista; tem sido sempre assim.

A vantagem do Brasil é a de ser um grande produtor, ao redor de 35% do total, mas também um dos maiores consumidores mundiais per capita. Os EUA perdem força no fluxo corrente mundial do suco, de tal sorte que mais de 80% do suco consumido e transacionado no mundo é brasileiro. Outras *commodities* não apresentam penetração e inserção similar no mercado internacional, pois há outros países competidores com boa participação nas transações comerciais. Em 2003, enquanto o suco de laranja concentrado brasileiro participou com 82% no total transacionado mundialmente, a soja em grãos ficou com 38%; o farelo de soja, com 34%; açúcar, café e aves, com 29% cada, e, carne bovina, com 20%.

Por sua vez, a concentração da produção paulista é tão significativa, que não é encontrado comportamento igual em relação a qualquer outra *commodity* do agronegócio brasileiro.



Além desses dois eventos, vale lembrar que a competição entre São Paulo e Flórida fica cada vez mais desigual. Os furacões que assolaram a Flórida nos 2 últimos anos não vieram sozinhos. Seus fortes ventos ajudaram a disseminar o cancro cítrico para condados importantes, em termos de produção. Com a notícia do surgimento do greening em uma região da Flórida, a citricultura deste estado americano espera o ajuste de produção, que levará alguns anos. A citricultura paulista "nada de braçada" e sai sozinha lá na frente.

Tudo prometia um "céu de brigadeiro" para a citricultura brasileira, porém, neste início de 2006, dois acontecimentos vieram abalar este estágio de euforia:

- A validação e aprovação, em 8 de fevereiro último, por meio da International Trade Commission (ITC), da aplicação da tarifa *anti-dumping* ao suco brasileiro. A medida referenda a decisão do Departamento de Comércio dos EUA, de agosto 2005, e aceita a queixa da Associação dos Citricultores da Flórida, de que na safra 2003/04 a indústria brasileira disponibilizou e vendeu o suco nos Estados Unidos a um preço inferior ao seu valor de mercado, isto é, abaixo de seu custo de produção, exercendo concorrência desleal.

Nesse caso, a taxa de US\$ 418 por tonelada para o suco brasileiro adentrar os EUA permanece incólume, acrescida, com validade por três anos, de uma taxa antidumping para as indústrias brasileiras com variações que vão desde 9,73% para a Citrosuco, 19,19% para a Cutrale, 60,29% para a Montecitrus, e uma taxa média de 15,4%, para as demais exportadoras.

- A ofensiva da Secretaria de Defesa Econômica (SDE) do Ministério da Justiça, que numa megaoperação, em fins de janeiro,

realizou a apreensão de documentos, computadores e arquivos eletrônicos em escritórios das empresas Cutrale, Citrosuco, Citrovita, Coinbra e Montecitrus, sob a alegação de formação de cartel e manipulação de preços por parte destas indústrias.

Um subproduto indesejável na questão jurídica aberta pela SDE contra as indústrias de suco é a possibilidade de seu uso indevido pelos países importadores. Principalmente os EUA, maior competidor e em defesa e proteção da indústria da Flórida, poderão se valer das suspeitas para aumentar suas barreiras protecionistas contra o produto brasileiro. Uma punição sem sentença.

Independentemente do resultado, esta questão deve ficar restrita ao âmbito nacional; nada mais do que isso. Nenhuma ligação com a comercialização internacional de suco, extremamente atomizada. Basta a tarifa *anti-dumping* americana para ensinar o duro castigo recebido pelo País sem motivos reais. O Brasil deverá entrar com uma representação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), com ou sem comprovação.

As divergências entre os membros da cadeia de suco sempre vão existir, pela própria dinâmica produtiva e do mercado. O discutível para ser ponderado é se as divergências entre agentes econômicos da cadeia não irão comprometer o negócio, e por consequência, a riqueza gerada pelo suco brasileiro. As divergências não podem se tornar elementos autofágicos.

## OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Neste momento, é importante o setor refletir e compreender o estágio atual da citricultura brasilei-

ra, suas vantagens comparativas e competitivas no mercado e partir, imediatamente, para um entendimento com base numa agenda comum envolvendo os atores econômicos do setor e o governo, tanto o estadual como o federal. Dialogar é preciso; estabelecer negociação "ganha-ganha", mais ainda.

O momento urge, e uma saída seria repensar nos mecanismos de formação de preços utilizados, principalmente entre o produtor e a indústria. A formação de um conselho entre representantes de produtores e da indústria, como o Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e

### Furacões na Flórida

13/08/2004 – Charley  
05/09/2005 – France  
16/09/2005 – Ivan  
25/09/2005 – Jeanne  
24/10/2005 – Wilma

### Os preços do mercado

Ano	Laranja para processamento (*)	Bolsa de Nova York
2005 - a	R\$ 11,20/cx	US\$ 0,99 por libra peso
2006 (estimativa) - b	R\$ 17,00/cx	US\$ 1,25 por libra peso
Varição (b/a)%	51,8%	26%
(*) Fruta posta no portão da indústria – Fonte CEPEA		

### Brasil: exportação de laranja

Exportação	Item	Brasil	São Paulo
Frutas processadas	Receita	US\$ 1,293 bilhão	US\$ 1,153 bilhão
	Participação	100%	89,2%
Suco de laranja	Receita	US\$ 1,168 bilhão	US\$ 1,119 bilhão
	Participação	100%	95,8%
Fonte CEPEA			

Álcool), pode ser uma alternativa. Um contrato padrão com regras mínimas e transparentes a toda a comunidade poderia não só melhorar o processo interno de formação de preços como reduzir a possibilidade de surgirem ações como a do Depto. de Comércio dos Estados Unidos, acusando as processadoras nacionais de *dumping*.

Diante de sua magnitude, é séria a preocupação com os efeitos alocativos e distributivos sócio-econômicos do setor, principalmente nos referentes:

- À captação de divisas, que passa de US\$ 1 bilhão anual;
- A mais de 300 mil empregos diretos e quase um milhão, se somados com os indiretos;



Ligue 0800 770 88 81  
e assine a publicação  
que melhor  
acompanha o  
**AGRONEGÓCIO**

- Com a geração de renda e valor bruto da produção, que no Estado de São Paulo só perde para a cana-de-açúcar e carne bovina;

- A representatividade no PIB de alguns municípios paulistas, que têm na laranja a base de sua economia;

- Ao fornecimento de uma fruta com propriedades saudáveis ao mercado interno, dispensando gastos com importações;

- Aos impactos no setor terciário da economia (comércio, transporte, serviços regionais etc.).

A situação traz à lembrança as aulas na disciplina de teoria geral de administração com a aplicação dos ensinamentos da estratégia chinesa, em que pregava "evitar a batalha com o adversário, intimidar psicologicamente o competidor e utilizar o tempo, em vez de usar a força para desgastá-lo, e estimular seus poderes".

No ambiente citrícola brasileiro, sabe-se sobejamente que os furacões que sopram por aqui são conduzidos por problemas fitossanitários e de relacionamento comportamental.

### DOENÇA DIFÍCIL

No caso da fitossanidade, a morte súbita dos citros é uma doença de difícil controle, embora se reconheça os esforços dos pesquisadores nos laboratórios e campos experimentais do Centro de Citricultura, do Instituto Agrônomo de Campinas, em Cordeirópolis, no Fundecitrus, na Estação Experimental de Bebedouro, nas universidades etc. Os resultados dos trabalhos científicos nos colocaram na posição hegemônica mundial, nos casos de outras doenças, como o declínio, cancro cítrico, clorose variegada dos citros, greening etc.

Foi por meio da citricultura que o Brasil entrou na elite genômica mundial, com o Projeto Genoma financiado pela FAPESP e, em parte, também pela iniciativa privada, no mapeamento de uma bactéria (*Xylella fastidiosa*) ligada a uma doença (Clorose Variegada dos Citros), entrando, desta forma, o Brasil pela porta do reino vegetal, e não do humano ou do animal.

O controle e a cura da morte súbita dos citros são difíceis, mas há possibilidade de consegui-los por intermédio dos esforços paulatinos e gradativos de nossos pesquisadores. Então, que os tomadores de decisão da cadeia se reúnam e entendam, para estabelecer uma agenda comum de compartilhamento das vantagens comparativas e competitivas desta hegemonia mundial. ■

\* Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP.  
E-mail: emneves@esalq.usp.br.



## Estoques baixos e oferta justa

**C**om os armazéns brasileiros cada vez mais vazios e uma produção sem ritmo para acompanhar o consumo, o mercado de café deverá passar nos próximos anos por um período de oferta perigosamente apertada, afirmam representantes da indústria, traders, analistas e produtores. O quadro de oferta justa vale tanto para o Brasil, maior produtor, como para o mercado mundial.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) previu em meados de dezembro que:

- Os estoques de passagem devem atingir o menor nível em décadas - 5,6 milhões de sacas.
- A produção de café na safra 2006/07 será de 40 milhões a 43 milhões de sacas.

Bem próxima da colheita, a escassez tende a levar a uma alta dos preços. Está descartada uma antecipação da colheita. O custo aumenta para o produtor, mas o preço pode não compensar.

No cenário de oferta apertada nos próximos dois anos ou três anos, deverá ocorrer um marco histórico para a cafeicultura nacional: o fim dos estoques do Funcafé, criados na década de 1950 para regular a oferta do produto. Desde a extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café), em 1990, os estoques foram diluídos pelo governo em leilões destinados, sobretudo, à indústria. Nos últimos anos, foram leiloados entre 1 milhão e 1,5 milhão de sacas anuais desse estoque. Segundo a Conab, havia em

janeiro 3,6 milhões de sacas desse café nos armazéns governamentais.

O fim dos estoques do governo alterará a estratégia de abastecimento. O trabalho ficará concentrado no produto da safra. Os estoques governamentais, apesar de hoje representar 6% do consumo do setor e ser de baixa qualidade, pressionam negativamente os preços.

### EMBARQUES

Apesar de o volume embarcado ter sido levemente menor, a receita gerada pelas exportações cresceu em 2005. Os ganhos foram os maiores desde 1977. Para 2006, os embarques poderão crescer mais 10%, com preços firmes no mercado internacional. Com uma previ-



são de crescimento da demanda mundial para 146 milhões de sacas, nos próximos 10 anos, hoje estimado em 119 milhões de sacas, o Brasil precisará elevar gradualmente sua produção para 60 milhões de sacas/ano, a fim de atender às necessidades do mercado mundial, ou seja, 24 milhões de sacas para o consumo interno e 36 milhões para exportação.

Em 2005, o Funcafé liberou R\$12 milhões para pesquisas e este ano serão alocados mais R\$18 milhões. Em promoção, foram destinados no ano passado R\$4,5 milhões. Para 2006, já estão garanti-

maior participação nos mercados mundiais com suas marcas.

O Brasil sempre foi conhecido por ser o maior produtor e exportador mundial de café verde, *in natura*, e um tradicional exportador de café solúvel. Afinal, até 2002, o País nunca tinha exportado café torrado e moído. Os industriais não tinham conhecimento do funcionamento dos mercados estrangeiros, da sua distribuição, do nível de concentração em cada região e das características de qualidade dos cafés em cada país, e que atendem ao gosto popular local.

A tarefa de conquistar a prefe-

umentar as vendas em pelo menos 75%. O PSI APEX-Brasil (Agência de Promoção de Exportação do Brasil), executa um projeto desde 2002, para estimular a vocação exportadora das indústrias de café.

O café em grãos, cujas exportações lideravam a pauta comercial brasileira até a década de 60, hoje divide sua importância com inúmeros produtos do agronegócio e da indústria de transformação.

A participação nas feiras mundiais de alimentos e bebidas, bem como naquelas específicas do segmento de café, mais voltadas aos interesses dos cafeicultores, tem sido uma constante entre os empresários brasileiros nos últimos cinco anos. Isto é prova de maturidade e determinação na busca de clientes.

O Brasil, que há mais de um século é o maior produtor e exportador de café do mundo, expande seus negócios em outras direções. Houve aumento na produção média anual, a produtividade dobrou e o País se tornou o maior vendedor de grãos de alta qualidade no mundo. Programas inovadores, como o Selo de Pureza e o novo PQC-Programa de Qualidade do Café, da ABIC, ampliam o consumo interno e são estudados e copiados em outras regiões produtoras do Planeta, e iniciamos nossas exportações de café torrado e moído, com sucesso especial na oferta de cafés tipo gourmet.

Além de abrirem novos mercados para uma atividade que era incipiente na pauta das exportações brasileiras, as vendas externas de café industrializado permitem maior agregação de valor. O preço médio do quilo registrou em 2005 um crescimento de 26,98% (de US\$3,15 para US\$4,00). Esse aumento comprova que os produtos exportados ganham cada vez mais espaço no segmento de cafés de alta qualidade.

Com mais de 40 empresas par-

#### Brasil: exportação de café

Ano	Valor - bilhão	Quantidade - toneladas	Preço por tonelada
2004	US\$ 1,750	1,411 milhão	US\$ 1.240
2005	US\$ 2,516	1,352 milhão	US\$ 1.861

Fonte: MDIC

dos R\$5,6 milhões, mas o Mapa está pleiteando suplementação de mais R\$20,0 milhões

O melhor preço médio das exportações foi registrado para o Japão: US\$ 2.161/t. O crescimento mais expressivo em receita cambial, em termos percentuais, também ocorreu com o Japão: 76,64%, de US\$ 132,739 milhões para US\$ 234,473 milhões. Também foi significativo o crescimento da receita com exportação para Suécia (70,45%) e Espanha (68,94%). Maior produtor mundial de café, o Brasil trabalha para consolidar sua participação no mercado externo, que, no ano passado, superou 28%; "isso não ocorria há 30 anos".

#### ALEMANHA LUCRA ALTO COM O CAFÉ

Embora a Alemanha não plante nenhum pé de café, é a maior exportadora de café industrializado. A expressão é citada rotineiramente nos eventos ligados à rubiácea. Uma crítica às empresas brasileiras que não possuem

#### Principais importadores de café

País .....	Valor
Alemanha .....	US\$ 513
Estados Unidos .....	US\$ 447

Fonte: MDIC

#### Brasil: exportação de café torrado e moído

Ano	Valor - mil
2004 .....	US\$8.341
2005 .....	US\$16.591
2006 .....	US\$29.000

Fonte: MDIC

rência de consumidores estrangeiros com café torrado em grãos, ou com café torrado e moído, para o consumo doméstico ou fora do lar, que representa quase 80% do consumo mundial, sempre foi olhada de longe e com um pouco de receio pelas empresas brasileiras.

Agora, consumidores do mundo inteiro também são conquistados pelo café nacional torrado em grãos ou torrado e moído. Após fecharem com ótimo crescimento nas exportações, as indústrias de torrefação e moagem de café estão otimistas com 2006, e pretendem

ticipantes, o PSI APEX-Brasil é um projeto que integra diversas ações, como a promoção das marcas e da qualidade do café brasileiro em eventos especializados; em grandes feiras mundiais ou multi-setoriais, como Anuga, Sial em Paris e a Foodex, ou mesmo em estratégias exclusivas e únicas, como no "Ano do Brasil na França". Outra estratégia que vem sendo realizada é o Projeto Comprador, que consiste em trazer para o Brasil profissionais de compra de diversos países para um contato direto com as indústrias de torrefação.

Das 4.149 toneladas de café industrializado exportadas em 2005, 55% foram adquiridas pelos Estados Unidos, seguidos por países europeus, com 28%, e pelo Japão, com 9%, internacionalizando-as e fixando padrões de consumo e de qualidade.

O grande destaque em volume de vendas no período foram as importações feitas pelos Estados Unidos, que apresentaram um crescimento de 157,56% em relação ao mesmo período de 2004 (de US\$3.571.483 para US\$9.198.786). O consumidor americano reconhece a qualidade do produto brasileiro. As encomendas partem de grandes redes varejistas como Sam's Club e Cosco, focadas em cafés tipo Gourmet, Orgânicos certificados e grãos para expresso.

A Europa também apresentou um crescimento de 56,96% em relação ao mesmo período de 2004 (de US\$2.914.200 para US\$4.574.029). Nesse continente, a Itália detém 77% das exportações, e a França, 14%.

O maior índice de crescimento continua com o Japão, que importou 246,53 % a mais do que no mesmo período de 2004 (de US\$276.847 para US\$959.354). A comunidade de kassegui, composta por imigrantes brasileiros, tem sido a compradora desses cafés nacionais. ■



## Cresce a venda de solúvel

As indústrias de solúveis, além de suprirem as indústrias americanas e européias, com a venda a granel, ganham mercados com produtos de marcas próprias. A internacionalização ocorre de diversos modos. Há registro de sucesso na construção de marcas novas brasileiras em mercados maduros, como os EUA ou o Japão, principalmente, na oferta de cafés de alta qualidade e maior valor agregado. Uma sofisticada loja de gastronomia e especialidades da França, a Hediard, colocou 4 marcas de café brasileiras em suas vitrines, no Ano do Brasil na França - 2005. A qualidade do café brasileiro, que não era reconhecida até há bem pouco tempo, passa a ser admirada e disputa a preferência de consumidores exigentes.

A Rússia foi o principal destino do café processado brasileiro em 2005, contribuindo com receita de US\$86,724 milhões, ou mais 49,01% sobre o ano anterior (US\$58,201 milhões). O segundo principal mercado no período foram os Estados Unidos, com US\$51,729 milhões (mais 64,08%, ante os US\$31,526 milhões de 2004). O preço médio recebido da Polônia teve maior elevação no período: 51,38%, para US\$6.071/t. Também foi expressivo o aumento do preço médio para El Salvador (43,46%).

O crescimento da receita cambial foi mais significativo, em termos percentuais, para: Turquia (165,94%, para US\$4,029 milhões), Polônia (163,59%, para US\$7,188 milhões) e El Salvador (98,63%, para US\$7,945 milhões). Nota-se, ainda, que houve queda de 1,95% na receita recebida com os embarques para a Ucrânia, para US\$30,476 milhões, um dos principais mercados do solúvel nacional.

Os resultados dos últimos três anos mostram a vocação, produto e qualidade das torrefadoras brasileiras para a exportação. Aumentar cada vez mais a participação do café industrializado na pauta das exportações brasileiras é um objetivo factível.

### Brasil: exportação de café solúvel

Ano	Valor - milhão	Quantidade -toneladas	Preço por tonelada
2004	US\$ 275,153	71.241	US\$ 3.862
2005	US\$ 362,638	77.053	US\$ 4.706

Fonte: MDIC



# Melhora a qualidade do emprego na agricultura brasileira

Otávio Valentim Balsadi\*  
José Graziano da Silva\*\*

**A** recente divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2004 tornou possível uma avaliação mais detalhada do comportamento do emprego na agricultura brasileira, nesses primeiros anos do século XXI.

No período de 2001 a 2004:

1. Foram criados 444 mil novos empregos; um crescimento de 10%.
2. O grau de formalidade (empregados com carteira assinada) subiu de 28% para 32%. Isso representou um aumento de 320 mil empregados com registro em carteira, fator relevante para o crescimento dos contribuintes da Previdência Social.

Os dados da PNAD mostram crescimento do número de empregados, e de empregados formalizados, em todas as regiões do País, sendo os maiores aumentos relativos verificados no Sul e no Nordeste (13% em ambas).

Quanto ao grau de formalidade, os maiores aumentos ocorreram nas regiões Norte Urbano (102%) e Nordeste (37%), que eram, em 2004, as únicas com grau de formalidade abai-

xo da média nacional. A maior participação de empregados com carteira assinada, em 2004, era na região Sudeste, com 46%, seguida pelo Centro-Oeste, com 39%.

## GANHO REAL

Outro dado positivo é o ganho real verificado no rendimento médio mensal de todas as categorias dos empregados: 6% para os permanentes urbanos; 4% para os permanentes rurais; 12% para os temporários urbanos; e 12% para os temporários rurais (recebem menos da metade do que recebem os permanentes urbanos).

Também melhorou o nível educacional dos empregados, com a maior participação dos alfabetizados e daqueles com oito anos ou mais de estudo. Em 2004, entre os empregados permanentes com residência urbana, 78% eram alfabetizados e 13% tinham oito anos ou mais de estudo. Entre os empregados permanentes com residência rural, 76% eram alfabetizados e 7% tinham oito anos ou mais de estudo.

Para os empregados temporários com residência urbana, os valores foram 73% e 6%, respectivamente, e para os temporários rurais, 73% e 5%.

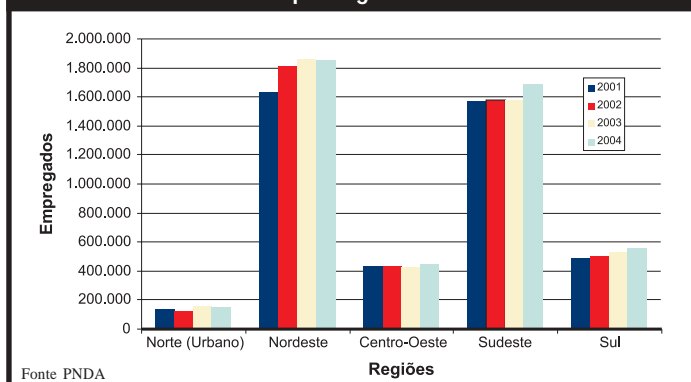
Dois aspectos preocupam quanto às disparidades e desigualdades na qualidade do emprego entre as:

1. Categorias de empregados: as condições de emprego dos empregados permanentes são mais favoráveis, comparativamente aos empregados temporários;
2. Regiões: o Nordeste continua com as condições de emprego mais desfavoráveis.

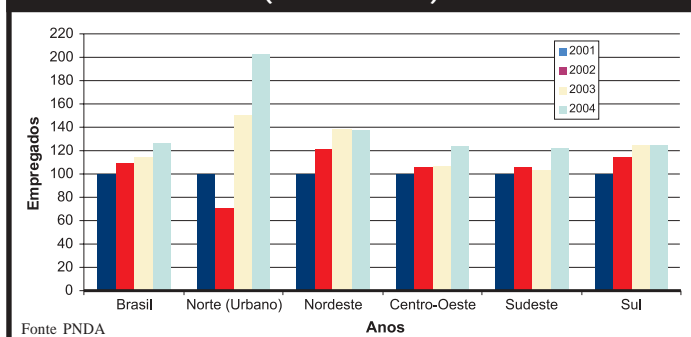
Apesar de todas as categorias terem registrado aumento no grau de formalidade, ainda é muito distante a realidade dos empregados temporários em relação aos empregados permanentes. Enquanto os temporários rurais e urbanos tiveram apenas 5% e 14% de carteira assinada em 2004, os permanentes rurais e urbanos tiveram 50%. Embora os temporários rurais tenham registrado seu maior progresso no quesito renda, no período de 2001 a 2004, seus ganhos (em média, R\$194 (preços reais de setembro de 2005) continu-



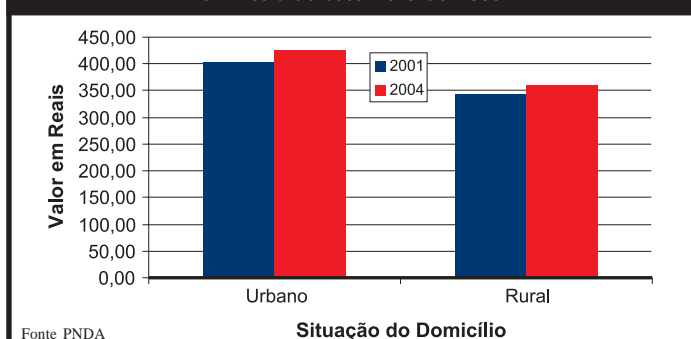
**Brasil: total de empregados na agricultura, por regiões**



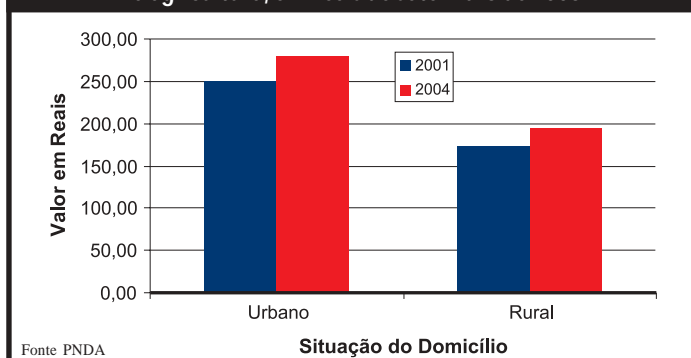
**Brasil: total de empregados com carteira na agricultura (índice 2001=100)**



**Brasil: rendimento médio mensal dos empregados permanentes na agricultura, em reais de setembro de 2005**



**Brasil: rendimento médio mensal dos empregados temporários na agricultura, em reais de setembro de 2005**



am menores do que os das demais categorias (R\$279 dos temporários urbanos, R\$359 dos permanentes rurais e R\$426 dos permanentes urbanos). No mesmo ano, 28% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo mensal, contra 38% dos temporários urbanos, 56% dos permanentes rurais e 62% dos permanentes urbanos.

## NORDESTE

Os dados da PNAD mostram também que os empregados temporários nordestinos ainda são os mais desfavorecidos. Além da pequena participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, da baixa participação dos auxílios recebidos, o que chama muito a atenção é a disparidade na renda. Em 2004, apenas 12% dos temporários urbanos e 7% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês. Nesse mesmo ano, essas duas categorias, apesar dos ganhos reais verificados no período, tiveram os menores rendimentos médios mensais do Brasil: R\$167 para os temporários rurais, e R\$ 185 para os temporários urbanos.

## CENTRO-OESTE

No outro extremo, aparece a região Centro-Oeste, com as melhores condições de emprego para os trabalhadores permanentes. Em 2004, 82% dos empregados permanentes urbanos e rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês, além de terem os maiores rendimentos médios mensais do Brasil (R\$566 para os urbanos e R\$536 para os rurais, a preços reais de setembro de 2005).

No período de 2001-2004, a categoria de empregados representou, em média, 28% do total dos ocupados na agricultura brasileira. Para eles, o cenário favorável verificado no setor se refletiu em avanços, mesmo que modestos em alguns casos, nas condições de trabalho. Como o processo não foi homogêneo para todas as categorias de empregados e regiões, restam como maiores desafios a melhoria nas condições de emprego para os empregados temporários, urbanos e rurais, que continuam com elevados níveis de precarização, especialmente para os da região Nordeste, que continua muito distante das demais, quando o tema é qualidade do emprego na agricultura. ■

\* Pesquisador da Embrapa e Doutorando em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Unicamp.

\*\* Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp e Assessor Especial da Presidência da República.

# Caminho sem volta

Com a integração dos países em blocos econômicos, a uniformização dos sistemas produtivos no complexo agroalimentar e a harmonização do aparato regulatório (normas, regulamentos e avaliação de conformidade), o Brasil passou a participar como signatário de acordos internacionais nas áreas de:

- Tarifas e Comércio
- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS
- Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT
- Inspeção Pré-embarque
- Regras de Origem
- Procedimentos para Licenciamento de Exportações
- Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS
- Segurança Alimentar

Essa nova ordem de valores condiciona um alto nível qualitativo de articulação entre o governo, enquanto executor dessas tarefas, e a iniciativa privada, envolvida diretamente nas operações de produção e comercialização dos produtos.

Entre outras tarefas, a agenda passa pelos contenciosos na OMC, como as barreiras tarifárias ligadas ao algodão, açúcar, camarão, e as barreiras não tarifárias nos casos do frango (nitrofurano), polpa cítrica (dioxina) e soja (carboxin). Como esses processos são burocráticos, morosos e muito custosos, há exigência de uma gestão contínua e eficaz.

O aparecimento de epidemias inéditas e exóticas em muitas regiões é um risco incontornável. O ressurgimento da febre aftosa no Mato Grosso do Sul, no início de outubro de 2005, e logo depois no Paraná, deixa cada vez mais clara a necessidade de ações entre o MAPA, órgãos estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada, nas questões vinculadas às áreas sanitárias.

A aplicação do acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou SPS – Sanitary and Phytosanitary), na OMC, do qual o Brasil é signatário, passa pelo entendimento e execução dos conceitos de:

- **Harmonização:** medidas divergentes aumentam os custos de comércio. Por exemplo: dificuldade de harmonizar regras com os EUA e a UE.
- **Equivalência:** comercialização e controles aduaneiros mínimos. Por exemplo: implantação do sistema de equivalência para o registro de produtos genéricos.
- **Regionalização:** reconhecimento de zonas com diferentes status. Exemplo: febre aftosa na carne bovina no Brasil.

As dificuldades são:

1. O acesso insuficiente à *expertise* científica e técnica;
2. Métodos de produção e comercialização domésticos frente à AMSF;
3. Acesso a recursos financeiros;
4. Período curto para adequação às normas;

5. Estrutura administrativa do País para atender à AMSF;

6. Pouco conhecimento quanto:

- às exigências do AMSF entre órgãos oficiais;
- às exigências do AMSF na produção e industrialização de alimentos;
- acesso quanto às exigências do AMSF.

Como a natureza das barreiras protecionistas no comércio internacional tende:

- À redução de tarifas nas importações, no *dumping* nas exportações e nos subsídios em crédito e preços;
- Ao aumento nas questões sanitárias, ambientais e sociais.

Com isso, a operacionalização do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), na OMC, da qual o Brasil é também signatário, ganha relevância. Esse processo incorpora na cadeia produtiva a participação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (normalização), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade - INMETRO (medição) e as entidades credenciadas (conformidade às normas).

Já há algum tempo, como garantia da qualidade dos produtos agropecuários, os países desenvolvidos exigem de seus fornecedores:

- A adoção do Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos ao longo das cadeias produtivas (*HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point*)
- A ampliação das exigências do Padrão de Identidade e Qualidade dos Produtos de Origem Animal e Vegetal (Programa de Produção Integrada - PI e Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV)

Para o agronegócio, cabem as seguintes linhas de conduta:

- Incorporar formalmente às discussões de comércio a abordagem de *normalização*, ao invés de *regulamentação* pública tradicional;
- Estabelecer critérios de equivalência entre processos de avaliação da conformidade, de maneira que as *certificações nacionais* possam ser reconhecidas em operações de comércio internacional;
- Evitar gastos de recursos e tempo com base em referências apenas dos países importadores (*European Retailer Produce Working Group - EUREP e Good Agriculture Practices - GAP*)

A estratégia é implementar o Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) e os Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade. A coordenação é do Ministério de Ciência e Tecnologia. O objetivo é ampliar a infra-estrutura oferecida pelos institutos de pesquisa e tecnologia do País.

Como as suas funções tecnológicas (\*) se confundem com as próprias barreiras técnicas de comércio dos acordos e regras na OMC, a TIB é um instrumento formal para o Brasil mostrar o estado da arte de seu conhecimento e capacitação no agronegócio. ■

(\*) Metrologia, normalização, avaliação de conformidade, propriedade intelectual, informação tecnológica e tecnologias de gestão.

# Garantir a oferta de álcool

**A** disparada dos preços do açúcar pouco interfere na oferta de álcool, na fase de entressafra, quando os dois produtos não são produzidos. Nessa fase, o álcool destinado para os tanques dos veículos provém dos estoques.

A forte demanda levou o Centro-Sul a antecipar de abril para mar-

ço a safra deste ano para tentar normalizar o abastecimento. A decisão resultará numa oferta adicional de até 850 milhões de litros de álcool; as usinas processarão em torno de 20 milhões de toneladas de cana nos dois meses, com 60% da produção da cana destinada ao álcool.

A frota dos veículos flex-fuel ultrapassa 1,2 milhão e alcançará

5 milhões em cinco anos. A aceleração do consumo de álcool no mercado interno beira 10% ao ano.

A descoberta do álcool como sucedâneo da gasolina se torna realidade, em função de os preços serem competitivos. Embora em 2004 e 2005 as exportações tenham estabilizado em 2,4 bilhões de litros, as encomendas externas

## Produção: região centro-sul (safra 2005/06)

Cana	336 milhões de toneladas
Álcool	15,5 a 16,0 bilhões de litros
Açúcar	22 a 24 milhões de toneladas

Fonte: União da Agroindústria Canavieira (Unica)

## Preço do álcool FOB - porto de Santos (\*)

<b>Agosto de 2005:</b>	US\$ 270
<b>Dezembro de 2005:</b>	US\$ 380
<b>Fevereiro de 2006:</b>	US\$ 580

(\*) por metro cúbico (mil litros)

## Consumo de álcool anidro à gasolina tipo C

<b>Mistura de 25%:</b>
<i>500 milhões de litros por mês</i>
<b>Mistura de 20%:</b>
<i>400 milhões de litros por mês</i>



crescem. A escalada dos preços internacionais do álcool explica essa situação.

O acordo de manter o preço em R\$1,05 o litro na usina, celebrado entre produtores e governo, não teve sustentação. A medida tomada pelo governo foi reduzir a participação de álcool anidro na mistura com a gasolina de 25% para 20%. Com isso, nos próximos 12 meses, sobrarão 1,2 bilhão de litros, para ser transformado em álcool hidratado e abastecer os carros.

De acordo com valores do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), como os preços da gasolina (R\$1,36) superaram os do álcool (R\$1,08), com mais gasolina na mistura, os preços da gasolina aumentam.

Para o preço do combustível não subir R\$0,07 por litro, o Governo tem como alternativa reduzir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para R\$0,244. Em função de causar queda de arrecadação de R\$ 448,90 milhões por ano, a medida enfrenta resistências no Ministério da Fazenda.

Como não há disponibilidade de álcool para importação, a introdução do combustível na lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC) é uma questão de efeito preventivo. ■

## Produção acelerada nos EUA

Cada país terá de buscar uma solução, e o mundo entrará numa era na qual as economias são empurradas a um grande número de fontes de energia; as biocombustíveis entre elas.

O litro do álcool de cana-de-açúcar custa US\$0,25 para o produtor, enquanto nos EUA, o litro de álcool de milho, a matéria-prima mais popular no país, vale US\$0,34. O consumo anual de gasolina pelos norte-americanos é de 500 bilhões de litros anuais de gasolina. A produção do produto no país cresce de forma galopante.



# A era dos biocombustíveis

**A**pós a eclosão da grande crise mundial do Petróleo, em 1973, os países começaram a economizar combustíveis fósseis e a procurar novas fontes alternativas de energia. O Brasil, por ser um país tropical de grande extensão territorial, criou dois programas para utilização de energia de biomassa:

- Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que visava abastecer com etanol veículos movidos à gasolina.
- Pro-óleo (Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos), que previa adicionar até 30% de óleo vegetal no óleo diesel, com a perspectiva de, em longo prazo, haver a substituição total do óleo diesel pelo óleo vegetal.

O Proálcool mostrou ao mundo a possibilidade de substituir os combustíveis fósseis nos veículos de motores de ignição (motores de explosão).

A descoberta do processo de produção do sucedâneo do diesel mineral, feita pelo pesquisador cearense Expedito José de Sá Parente, em 1980, comprova o pioneirismo do Brasil no aproveitamento de óleos vegetais para uso em motores a diesel.

O combustível derivado de óleos vegetais ou de gorduras animais, que pode substituir o diesel de petróleo,

foi patenteado pelos cientistas do Ceará com o nome de Prodiel, o mesmo biodiesel conhecido atualmente.

O biodiesel é um combustível renovável, pouco poluente, biodegradável, não corrosivo e isento de enxofre. O produto é obtido pela reação química de transesterificação de óleos vegetais com etanol ou metanol. O catalisador é o hidróxido de sódio ou o hidróxido de potássio. Como subproduto, resulta a glicerina.

No momento, o biodiesel é usado, em larga escala, em vários países do Planeta, dentre eles: Alemanha, França, Estados Unidos e Austrália.

## EUA

A relação entre a soja e seus derivados, farelo e óleo deverá passar por mudanças nos próximos anos, devido à:

- Lei de incentivo aprovada pelo governo norte-americano, no final de 2005, que concede crédito de US\$1 para cada galão de biodiesel de produtos agrícolas misturado ao diesel;
- Alta volatilidade dos preços do petróleo.

A produção de biodiesel, apesar de equivaler a apenas 2,5% do óleo total de soja produzido nos

EUA, aumentou para mais de 70 milhões de galões em 2005, contra apenas 500.000 galões em 1999.

## EUROPA

Os biocombustíveis oferecem grandes benefícios aos países em desenvolvimento, especialmente os prejudicados pela mudança na política comercial açucareira do Bloco.

A Comissão Europeia, braço executivo da UE, formulou em dezembro de 2005 um plano para impulsionar a produção de combustíveis alternativos, como biodiesel e etanol, por intermédio da assistência adicional e de investimentos, com o objetivo de reduzir a grande dependência europeia do

petróleo e do gás natural. Até o momento, fora a compensação de US\$48 milhões, estabelecida para 2005, os países da ACP não têm garantias de assistência financeira claras e seguras para diversificar suas indústrias, depois da reforma do regime açucareiro da UE.

Os países da ACP perderiam mais de US\$30 milhões anuais em exportações diretas devido ao corte gradual de 39% do preço mínimo de referência do açúcar branco, garantido pela UE entre 2007 e 2009. A mudança do regime foi uma exigência da Organização Mundial do Comércio, como resposta a uma demanda liderada por Brasil, Austrália e Tailândia, segundo a qual as exportações subsidiadas da UE

ultrapassam o limite fixado pelo sistema multilateral de intercâmbio.

Na denúncia, foram questionadas tanto as exportações de excedentes produzidos nos países europeus quanto o 1,6 milhão de

toneladas de açúcar bruto que a União Europeia importa de países da ACP e da Índia, em condições preferenciais, que depois refina e reexporta com subsídios. Estas ajudas distorcem os preços e impedem que possam competir no mercado europeu produtores de países em desenvolvimento fora da ACP, especialmente os da América Latina, grandes produtores de cana-de-açúcar.

A Comissão Europeia propôs destinar US\$228 milhões anuais aos países da ACP, entre 2007 e 2013, como contraposição ao impacto da reforma açucareira. Mas essas nações dizem que tal cifra apenas cobrirá suas perdas, e que seriam necessários pelo menos US\$600 milhões para realizar uma reconversão produtiva. De acordo com o regime anterior, o preço garantido pela UE aos países ACP por seu açúcar triplica a média do mercado mundial. ■

## Suécia dá o exemplo

A Suécia, com 9 milhões de habitantes, define como meta acabar com a dependência do petróleo até 2020, mediante incentivos fiscais para os consumidores adotarem alternativas para a produção de energia renovável.

A preocupação com o petróleo deriva da alta dos preços do produto nos últimos anos e do risco de instabilidade política em alguns dos principais países produtores, como Irã, Iraque, Arábia Saudita, Venezuela e Nigéria.

Está descartado o emprego de usinas nucleares, responsáveis por um terço da energia consumida no país. A idéia é ampliar a geração de energia eólica e pela queima de biomassa.

Em 2003, 26% da energia consumida na Suécia veio de fontes renováveis, enquanto a média da UE é de apenas 6%. De 1970 para cá, a participação do petróleo na geração de energia caiu de 70% para 32%.

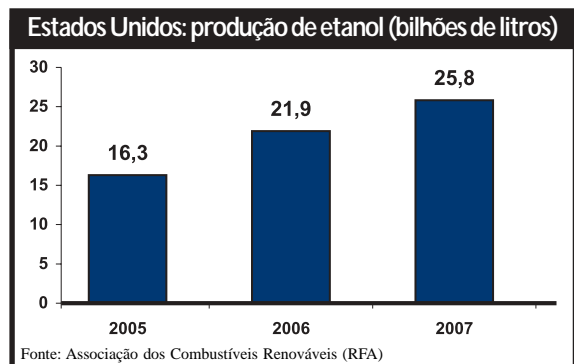
O país poderá acabar com a utilização de óleo para aquecimento doméstico, item importante num país com um inverno frio e que dura cinco meses por ano.

Atualmente, a maior parte do aquecimento já é feita em pequenas centrais distritais que queimam lixo ou biomassa e distribuem o vapor para as residências. Só 8% das casas na Suécia usam óleo combustível.

O desafio mais difícil é alterar o combustível no setor de transporte.

Hoje, só 1% dos 4 milhões de veículos em circulação no país utiliza combustíveis alternativos, principalmente o etanol. Mas as vendas de carros ecológicos duplicaram, em 2005.

Em dezembro último, o Parlamento aprovou uma lei que obriga todos os postos de gasolina a venderem ao menos um combustível alternativo. Hoje, a Suécia mistura 5% de etanol em sua gasolina, o que faz do país o maior consumidor de álcool combustível per capita na UE. Cerca da metade do etanol consumido pelos veículos na Suécia é importada do Brasil.



petróleo e do gás natural.

O plano de ação impõe três grandes objetivos:

- Promover os biocombustíveis na UE e nos países em desenvolvimento;
- Preparar o terreno para o uso de biocombustíveis em grande escala;
- Apoiar os países onde a produção de biocombustíveis possa estimular o crescimento econômico sustentável.

Elaborados com base na biomassa, elementos orgânicos como os dejetos de madeira, cultivos e animais, os biocombustíveis podem ser usados em veículos e são considerados como meio para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e responsáveis pelo aquecimento do Planeta.

As novas medidas permitirão aos países da África, do Caribe e do Pacífico (grupo ACP), produtores de açúcar, o desenvolvimento da pro-

## A segunda geração de biocombustível

**F**oi aprovado um orçamento de • 68 milhões, pela União Européia, para o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre uma "segunda geração" de biocombustíveis. O objetivo é encontrar um produto mais adequado tecnologicamente em relação ao etanol e com impactos ambientais menores do que a plantação de cana-de-açúcar.

Embora o biodiesel e o etanol entrem no mercado numa escala cada vez maior, a UE teme que seu uso generalizado cause problemas em relação ao meio ambiente e à tecnologia.

O desenvolvimento de uma segunda geração de biocombustíveis partiria de uma síntese de biomassa em laboratório. Esse processo garantiria a qualidade necessária para um combustível, além de um maior padrão ambiental.

Com os recursos liberados, os cientistas iniciarão estudos, e um dos projetos será escolhido para ser testado. A UE avaliará o produto com base nos custos, emissões de gás e eficiência energética.

### BARREIRAS

A UE também iniciou um estudo sobre quais são as barreiras para a ampliação do uso da biomassa como combustível, seja nas indústrias, no setor energético ou nos transportes.

Bruxelas quer que 5,75% do mercado de energia do bloco venham do biocombustível até 2010. Para 2020, a meta é 20%. Muitos países, porém, ainda resistem em pôr em andamento seus programas de incentivo para o uso do biocombustível.

Apesar de todos os planos, os compromissos políticos até agora não foram transformados em ações. A estratégia anterior da UE, formulada há cinco anos, era de conseguir que, até 2005, 2% da energia no continente fossem gerados pelo etanol. Mas muitos países nem sequer ainda têm um plano de como farão isso. No ano passado, a Comissão Européia, órgão executivo da UE, chegou a ser obrigada a abrir processos contra sete países que não seguiram suas recomendações e estabeleceram metas abaixo do proposto pela UE para o uso do etanol.

Em 2004, quem mais produziu o biocombustível foi a Espanha, com 194 mil toneladas de etanol. Mas segundo os analistas, essas são taxas ainda muito baixas e inferiores à média mundial. Hoje, cerca de 10% dos combustíveis no mundo são feitos a partir da biomassa, mas o Brasil e os Estados Unidos são os grandes responsáveis por essas taxas.

Diante da baixa adesão dos países europeus, a Comissão Européia estuda a possibilidade de transformar o uso do biocombustível em obrigatório, e que não mais seja apenas uma recomendação. ■

## Doce temporada

**D**iante da elevação dos preços internacionais do açúcar, as usinas de açúcar e álcool da Região Centro-Sul refazem sua posição e mudam de estratégia comercial. Para o produto voltado ao mercado externo, as quantidades vendidas com preços fixados perderam interesse. No primeiro bimestre deste ano, a queda desse tipo de operação foi de 50% para 35%, para os embarques da próxima safra, 2006/07.

As exportações brasileiras de açúcar chegarão a 20 milhões de toneladas em 2006, na hipótese de crescimento de 10% sobre 2005, quando foram embarcados 18,15 milhões de toneladas e a receita foi de US\$ 3,9 bilhões, conforme levantamento da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica).

As perspectivas de firmeza nas cotações estimulam o movimento de preços abertos. A conjuntura é bem diferente de igual período do ano passado, quando as usinas tinham uma visão mais conservadora em relação ao comportamento dos preços do açúcar. Se no ano, as cotações acumulam alta acima de 20 %, nos últimos 24 meses, passam de 200,0%.

Com uma oferta apertada do produto no mercado internacional e a maior disposição das usinas brasileiras em destinar boa parte da produção da cana para o álcool, os preços do açúcar atingiram os maiores patamares dos últimos 25 anos. Há menor oferta devido a problemas climáticos, tanto no Brasil como na Tailândia, dois dos principais exportadores. A estimativa da Organização Internacional do Açúcar foi de quebra de oferta de 1,01 milhão de toneladas.

### EFEITO OMC

Por sua vez, a UE deverá reduzir entre 3 e 4 milhões de toneladas suas exportações de açúcar por determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) - que condenou a política de subsídios do bloco em processo movido por Brasil, Austrália e Tailândia. Com uma parte sobrevivendo graças aos subsídios, existem na Europa cerca de 150 usinas em operação. Por conta da determinação da OMC, de 15 a 20 unidades serão fechadas.

Com crescimento anual entre 1,5% e 2% ao ano, a produção mundial de açúcar – em torno de 150 milhões de toneladas anuais – encontra apoio principalmente no aquecimento da demanda em países em desenvolvimento. O crescimento se dá principalmente nas indústrias de alimentos e bebidas, e está diretamente ligado ao avanço da urbanização em países como China e Índia.

Existe um certo nervosismo no mercado, porque a valorização do açúcar pode desequilibrar a produção, em detrimento do álcool. A expressiva alta dos preços na Bolsa de Nova York também é razão de constrangimento



para muitas usinas. Como cerca de um quinto das exportações brasileiras está coberto com contratos futuros a preços a 10 centavos a libra-peso, é preciso cobrir quase o dobro desse valor.

A demanda por etanol pode elevar ainda mais os preços do açúcar para até 40 centavos de dólar por libra-peso, até 2010. O etanol brasileiro custa cerca de US\$25 o barril, comparativamente ao preço de US\$50 o barril, cobrado pelo etanol americano, fabricado a partir do milho.

A tomada de decisão a respeito de fixação de preços para a safra futura de açúcar no Brasil é realizada normalmente com a antecedência de oito meses em relação ao começo da colheita. No caso do Centro-Sul, o processo decola em setembro e se acentua entre outubro e novembro. Com a colheita no Centro-Sul antecipada de maio para março, em algumas regiões do País, o movimento para a realização de lucro por parte dos fundos é previsível. Os próximos meses serão bem agitados e 'cercados de adrenalina'. Novos recordes não estão fora da vista.

Segundo a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), até 2010, pelo menos 89 novas usinas de açúcar e álcool entrarão em operação no País, num aporte total estimado em US\$10,5 bilhões. Também até 2010, a produção brasileira de cana tende a saltar das atuais 386 milhões de toneladas - que geram 27 milhões de toneladas de açúcar - para algo em torno de 535 milhões de toneladas.

A história do setor registra momentos de alta e baixa, desde a aplicação do Programa Nacional do Alcool - Proálcool, em meados da década de 70. Naquela fase, prevalecia a euforia. Nos anos 90, com o fim da intervenção do governo na produção e comercialização de açúcar e álcool, uma onda de quebraadeira passou por muitas usinas. Parte delas não suportaram e foram vendidas, enquanto muitas fazem um imenso esforço de gestão para se adaptarem aos novos tempos.

## REVISÃO NORTE-AMERICANA

O protecionismo americano no setor do açúcar sempre foi prejudicial para as exportações brasileiras e, como consequência, para a criação de empregos no País. Avaliação feita pelo

Departamento de Comércio dos Estados Unidos admite: os subsídios e tarifas altas para o açúcar geram desemprego também para a economia americana.

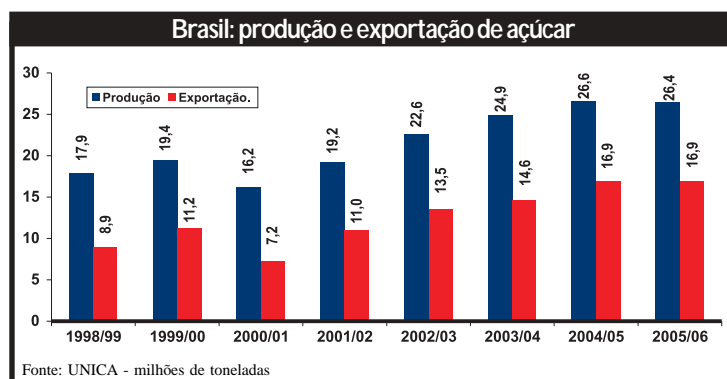
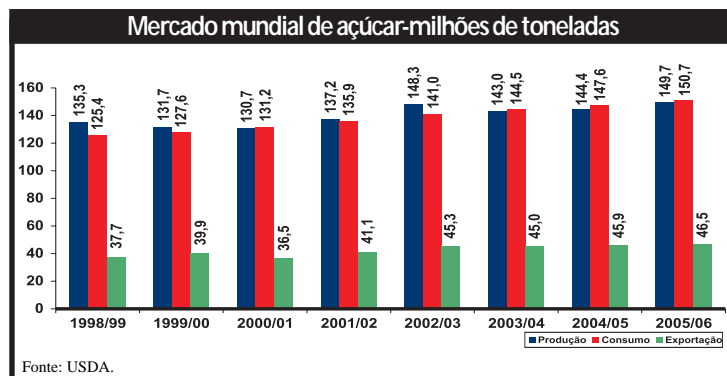
O estudo acusa o subsídio de gerar aumento no preço do açúcar no mercado americano. As empresas são obrigadas a comprar matéria-prima mais cara e perdem competitividade. A saída é fechar as portas das fábricas nos EUA e abrir em países onde o açúcar é menos protegido e, portanto, mais barato. O resultado foi a perda de dez mil postos de trabalho na indústria de doces e chocolate do país, desde 1997.

Agricultores e lobistas defensores do protecionismo alegam que, sem essas medidas, o setor açucareiro nos

EUA sofreria perdas econômicas diante da concorrência internacional e acabaria tendo de demitir parte de seus trabalhadores.

Pelo levantamento, para cada emprego salvo no setor agrícola, quase três são perdidos na indústria de doces. No total, 987 mil pessoas trabalham na indústria de chocolate e de doces, enquanto 61 mil agricultores estão no campo plantando cana-de-açúcar e beterraba.

Com as barreiras, os produtores de açúcar dos Estados Unidos colocam seus produtos no mercado com um preço bem superior à média mundial, sem concorrer contra o açúcar importado. Em 2004, por exemplo, enquanto o preço internacional do açúcar era de 10,9 centavos



de dólar para cada 450 gramas, nos EUA, as empresas pagavam 23,5 centavos.

As empresas mudam principalmente para o Canadá e o México, onde o açúcar mais barato reduz os custos de produção em quase 50%. Até a Casa Branca está sensibilizada para o fato de que o protecionismo precisa acabar, a fim de que a indústria seja competitiva. O difícil é passar pela muralha representada pelo poderoso lobby do açúcar no Congresso americano, já que vários deputados são eleitos exatamente para proteger os empregos no campo.

Porém, o processo de corrosão desse lobby é uma realidade. No ano passado, o Brasil ganhou uma disputa contra europeus na Organização Mundial do Comércio (OMC), que julgou como ilegais o protecionismo e os subsídios de Bruxelas para o açúcar. Na época, empresas importantes do setor norte-americano de chocolates se posicionaram abertamente em favor do Brasil. ■



## Gestão de florestas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Gestão de Florestas Públicas, projeto que permite a concessão de áreas públicas para a exploração madeireira e outras atividades econômicas. O governo espera reduzir a grilagem de terras e coibir a ação de madeireiras clandestinas, que são mais destrutivas, e, com isso, desenvolver a economia em áreas florestais, de maneira mais sustentável e menos predatória.

Cerca de 13 milhões de hectares, ou 3% da Amazônia, ficarão disponíveis para empresas brasileiras para

exploração, nos primeiros dez anos de vigor do plano. A extração de madeira continua proibida em reservas naturais, áreas indígenas e remanescentes quilombolas. Apenas cinco ou seis árvores poderão ser derrubadas em um prazo de dez anos numa área equivalente a um campo de futebol.

Pela lei, o governo oferecerá aos vencedores de contratos o direito de explorar os recursos naturais das florestas, como madeira, frutos e óleos vegetais até 40 anos, dentro de um plano de desenvolvimento sustentável, com regras impostas pelo governo.

Somente empresas brasileiras podem se candidatar aos contratos de exploração de madeira. Parlamentares nacionalistas temem que multinacionais criem fachadas legais para participarem. O importante é que, ao fazer a outorga, o governo assume definitivamente a titularidade da terra.

Especuladores usam brechas jurídicas e a grilagem para comprar e revender terras ilegalmente a madeireiras, pecuaristas e produtores rurais.

O dinheiro arrecadado com os contratos irá para o: 1. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que arrecadará recursos para a conservação das florestas; 2) Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que fiscalizará as regras ambientais e as concessões. Os dois órgãos foram criados pela nova lei. Serão também beneficiados com recursos: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), os Estados onde estão as florestas, os municípios.

Quando foi aprovado no Congresso Nacional, o projeto de lei agradou madeireiros e ambientalistas.

Mas o texto teve quatro vetos, a saber:

- o artigo que exigia uma sabatina no Senado para a nomeação do diretor do Serviço Florestal Brasileiro;
- o dispositivo que sugeria intervenção externa no orçamento do Ministério do Meio Ambiente e o Ibama;
- o trecho que submetia ao Senado todas as propostas de concessão de áreas superiores a 2.500 hectares;
- impedimento da criação do Conselho Gestor, entendido como função do SFB.

Os controles legais, as frequentes inspeções e o fim da incerteza sobre os direitos fundiários são fatores que ajudariam a reduzir o desmatamento. A lei prevê a demarcação de florestas públicas, o que impediria que particulares reivindicassem essas terras.

### CADASTRO

As concessões serão feitas por meio de licitação, em áreas que constem previamente do Cadastro Nacional de Florestas Públicas. A operação não dá direito de domínio ou de posse das áreas florestais, mas autoriza a exploração de produtos e serviços.

Até agora, o governo obteve resultados dúbios na área. Em 2004, a taxa de desmatamento foi a segunda maior da história, acompanhada de um crescimento na violência fundiária.

Vários grupos ambientalistas e partidos de oposição apoiaram o projeto. A lei devolve as florestas públicas às mãos públicas e aumenta as chances de um controle efetivo por parte do governo. A nova legislação é considerada prioridade absoluta para a conservação de floresta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). ■

## Convenção da Biodiversidade

A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, além da criação de uma área de conservação de 15 milhões de hectares ao longo da BR-163 (rodovia que liga Cuiabá a Belém), em fevereiro último, junto com o projeto de lei proposto no ano passado, que trata do acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios oriundos da exploração da biodiversidade, tem implicações externas interessantes.

Acontece que o MMA (Ministério do Meio-Ambiente), assume este mês, durante a realização da 8ª Conferência das Partes (COP-8) e do 3º Encontro das Partes (MOP-3), por dois anos, a Presidência da Convenção da Biodiversidade, que tem 188 países membros e

abriga o protocolo de Cartagena.

O 3º Encontro das Partes (MOP-3) trata das regras para o comércio internacional de OVMs (organismos vivos modificados). Os países exportadores defendem o selo "pode conter" transgênicos. Outros defendem "contém", que obriga a rotulagem e segregação dos transgênicos dos grãos convencionais.

A 8ª Conferência das Partes (COP-8) trata de um regime internacional pelo qual os países detentores de grande biodiversidade recebam uma parte dos benefícios econômicos dessa exploração. Países mega-diversos querem certificados de procedência legal e declaração de origem para aplicar direitos de propriedade. EUA, Canadá, Japão, Nova Zelândia e Austrália não querem controle na cadeia produtiva e indicam a OMC para dirimir esses assuntos.

# Rodada dos transgênicos

**P**ainel da Organização Mundial de Comércio (OMC) acatou em fevereiro último uma reclamação apresentada em 2003 pelos Estados Unidos, com o apoio do Canadá e da Argentina, contra a União Européia (UE) e, em especial, contra seis de seus membros (Alemanha, Áustria, França, Grécia, Itália e Luxemburgo).

Estes países impuseram unilateralmente limitações à importação e ao cultivo de transgênicos. O veredito é preliminar e, oficialmente, confidencial. O processo faz parte de um calhamaço de mais de 800 páginas, o mais extenso texto do gênero, na história da OMC.

A queixa parte dos maiores produtores mundiais de organismos geneticamente modificados (OGMs). Mais da metade da área plantada com transgênicos no mundo se concentra nos Estados Unidos. A solicitação para a OMC condenar a UE e aqueles seis países por infringir as regras do comércio internacional não visa às restrições em si. A preocupação é de elas servirem presumivelmente de pretexto a um boi-

cote, para todos os efeitos práticos, das importações de grãos GM e alimentos industrializados que os contenham.

## MORATÓRIA

Em 1998, a UE aprovou uma moratória na liberação de OGMs, sob o argumento de europeus que apenas aplicaram o princípio da precaução, instituído em tratados internacionais.

A representação à OMC sustenta que a medida violou um tratado sobre comércio de alimentos, segundo o qual as políticas seguidas por nações ou blocos de nações na matéria devem ter base científica e serem cumpridas sem "demora indevida".

Os seis países europeus são citados por terem proibido até culturas transgênicas já aprovadas pela Comissão Européia. Autoridades americanas e as empresas da biotecnologia comemoram a posição da OMC.

As con-

seqüências imediatas da decisão ainda estão indefinidas. Especialistas da UE consideram a decisão anacrônica e imaterial, pois desde 2004, mais de 30 culturas GM foram autorizadas em diversos países europeus, após rigorosas avaliações quanto à sua segurança.

Mas os Estados Unidos alegam que persiste o problema do "estoque" teórico de gêneros não aprovados durante quase uma década, incluindo mais de 20 tipos de milho, soja e algodão transgênicos. A moratória teria causado um prejuízo anual de US\$ 300 milhões aos exportadores americanos de milho.

Se a Europa liberar os seus portos aos transgênicos do Novo Mundo, como a soja brasileira, enquanto os consumidores europeus mostram resistência aos produtos GM, as grandes redes de supermercados poderão optar pelo pagamento de um ágio pelas variedades convencionais, de plena aceitação do consumidor.

Agora, o setor biotecnológico americano pressiona o governo para ingressar com outra ação – desta vez, contra as regras européias de rotulagem e rastreamento de ingredientes transgênicos em alimentos. Em um ponto apenas, defensores e detratores da agricultura biotecnológica estão de acordo: o precedente criado pelo julgamento da OMC deverá influir na liberalização das regras de comércio dos novos produtos pelo mundo afora, ao desencorajar outros países a erguer barreiras como as que motivaram o protesto acolhido pela OMC. ■



## Europa libera o milho 1507

**A** Comissão Européia (CE), órgão executivo da União Européia (UE), aprovou a comercialização do milho transgênico 1507, produzida pela Pioneer Hi-Bred, unidade da DuPont, e pela Dow Chemical, como alimento para humanos ou ingrediente alimentício nos seus mercados. O milho resiste aos lepidópteros, à broca e para tolerar, ao herbicida glufosinato de amônio e à doença European corn borer (*Ostrinia nubilalis* Hübner), larva que ataca as lavouras.

Bruxelas liberou a venda e o emprego em produtos como óleos e farinhas do milho geneticamente modificado para resistir a determinadas infestações de insetos. A comissão já havia aprovado a variedade, no ano passado, para a importação e o processamento destinado à alimentação animal. A Pioneer e a Dow AgroSciences agora querem que Bruxelas

avance mais um degrau e conceda permissão para os produtores cultivarem o milho na Europa. A aprovação oferece novas opções para os produtores e reconhece a segurança dos produtos biotecnológicos. Os consumidores europeus ainda resistem ao uso destes produtos. França e Alemanha, por exemplo, votaram recentemente em favor da manutenção dos embargos aos produtos geneticamente modificados.

## LEI ARGENTINA

O Senado argentino aprovou, em meados de fevereiro, a Lei de Biotecnologia que busca promover o desenvolvimento de empresas com valor científico agregado. A iniciativa prevê uma série de incentivos na área da biotecnologia e permitirá que as empresas invistam em projetos específicos, tanto de pesquisa quanto de produção de bens e serviços. A lei agora segue para aprovação da Câmara dos Deputados.





# A pecuária deve gerar resultados para todos

No momento histórico em que o Brasil assumiu a liderança mundial em volume exportado de carne bovina, o pecuarista passou a sofrer como nunca a queda da sua renda. É um quadro no mínimo paradoxal já que a lógica faria crer que o produtor também estivesse com o caixa em dia. Mas isto não acontece.

Em 2005, o País exportou US\$ 3,15 bilhões de carne bovina, crescendo 22,4% frente os US\$ 2,57 bilhões do ano anterior. Em volume, as vendas chegaram a 2,2 milhões de toneladas, elevação de 18,5% sobre o total de 1,8 milhão de toneladas registrado em 2004. Para este ano, a expectativa é que as exportações brasileiras de carne bovina cresçam cerca de 10% em volume e 15% em faturamento.

Este crescimento está relacionado com o fim gradativo dos embargos à carne, ocasionados pela febre aftosa e pelas previsões de estoques internacionais mais enxutos. Porém, este cenário positivo não chega ao bolso dos pecuaristas, que vêm sofrendo com aumento de custos, recuo no valor da arroba e câmbio desfavorável. Os custos subiram com o aumento dos insumos, dos derivados do aço, dos combustíveis e lubrificantes e também com o aumento do frete.

A arroba cai porque o preço das *commodities* tende a recuar ao longo dos anos, com a rentabilidade sendo progressivamente transferida para produtos de maior valor adicionado. Isto coloca o pecuarista num círculo vicioso - precisa investir em ganhos de escala para conseguir melhorar margens, mas ao elevar a produtividade provoca superoferta de gado, o que acaba pressionando a cotação da arroba para baixo.

Para se ter idéia do prejuízo do pecuarista, no ano passado, os Custos Operacionais Totais (COT) da pecuária de corte subiram 6,41%, enquanto o preço pago pelo boi gordo caiu 11,91%. Os dados são de estudo do CEPEA/CNA. A perda fez aumentar o abate de matrizes para gerar renda, o que pode comprometer futuramente a oferta de bezerras. No primeiro semestre de 2005 o índice de abate de fêmeas chegou a quase 50% em algumas regiões produtoras. E a arroba em São Paulo registrou em janeiro deste ano a pior cotação das últimas três décadas ficando em torno de R\$ 50,00.

Podemos observar que a cadeia produtiva da pecuária vive contrastes. Quem vende carne, sorri, mas quem vende boi, chora. Falta homogeneidade e transparência aos negócios do setor. A pecuária tem que produzir resultados, renda e mercado para todos (pecuaristas, frigoríficos e varejistas). Apesar de ser o alicerce da cadeia pecuária o produtor sofre por ser o elo mais frágil. Já os frigoríficos e varejistas têm fortes indícios de oligopólios, o que lhes dá um elevado poder de barganha frente aos produtores.

Dados da Scot Consultoria mostram que as três maiores redes varejistas respondem por 35% a 40% das vendas de carne. E que dos cerca de 1,6 mil frigoríficos com algum tipo

de inspeção, somente 18 respondem por 98% das vendas externas. Desses, os cinco maiores detêm 65% das exportações e apenas dois controlam cerca de 40% dos embarques brasileiros de carne bovina.

O debate de algumas propostas pode ser salutar para encontrarmos soluções que recuperem de modo sustentável a renda do pecuarista. Primeiro, precisamos pensar em formas mais modernas de comercialização, que distribuam melhor a renda em toda cadeia. A pecuária evoluiu tecnologicamente fazendo o setor crescer em produtividade e qualidade. Mas o modelo de compra e venda é o mesmo de 50 anos atrás. Exemplo disso é que o produtor vende arroba e o consumidor compra quilos. Parâmetros diferentes entre matéria-prima e produto final provocam distorções.

O produtor quando vende o boi deve receber por tudo que vende, não apenas por uma parte. É preciso encontrar um formato que apure melhor o valor quantitativo e qualitativo do boi. Isso pode levar a uma remuneração mais adequada da realidade do que está sendo vendido. Existem experiências que podem ser aprimoradas e sirvam de embrião para um modelo mais eficiente de comercialização. Além disso, a criação de balanças comunitárias e públicas, ligadas a entidades ou associações pode fortalecer a confiabilidade no processo de apuração do peso do boi.

O atual tamanho do rebanho nacional mostra que o pecuarista está produzindo para participar e não para ganhar. Talvez seja o momento de produzir menos para adequarmos a oferta à demanda. Entretanto, ao produzir menos o pecuarista passa a correr o risco de ser desapropriado por falta de produtividade. Temos assim um claro exemplo de como a legislação é inimiga de uma moderna gestão de negócios que leve em conta os ajustes sazonais e necessários dos mercados.

Em termos de desafios globais, a cadeia produtiva da pecuária também precisa atuar em outras frentes, além da harmonização da corrente comercial interna, para trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável:

- Erradicar a aftosa e outras doenças no âmbito continental;
- Simplificar a carga tributária;
- Adequar a rastreabilidade à realidade do pecuarista e às exigências do mercado consumidor;
- Investir em comunicação institucional para consolidarmos a imagem de atividade responsável sócio-ambiental e refutarmos veementemente a equivocada impressão de que a pecuária cresce à custa de desmatamento da Amazônia e do trabalho escravo;
- Fomentar o consumo interno investindo fortemente em MARCAS de carne.

O autor é presidente da Sociedade Rural Brasileira